



Número: **0800584-65.2018.8.20.5112**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Apodi**

Última distribuição : **06/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
NINA ROSA CUNHA LIMA (AUTOR)		KALYL LAMARCK SILVERIO PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29731718	06/08/2018 14:30	PROCURAÇÃO E DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Comprovação
29731751	06/08/2018 14:30	BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGENCIA	Documento de Comprovação
29731789	06/08/2018 14:30	BOLETIM DE OCORRENCIA	Documento de Comprovação
29731798	06/08/2018 14:30	COMPROVANTE DO VALOR QUE RECEBEU ADMINISTRATIVAMENTE	Documento de Comprovação
29731802	06/08/2018 14:30	DOCUMENTAÇÃO MEDICA 1	Documento de Comprovação
29731834	06/08/2018 14:30	DOCUMENTAÇÃO MEDICA 2	Documento de Comprovação
29731845	06/08/2018 14:30	DOCUMENTAÇÃO MEDICA 3	Documento de Comprovação
29731855	06/08/2018 14:30	DOCUMENTAÇÃO MEDICA 4	Documento de Comprovação
29731866	06/08/2018 14:30	DOCUMENTAÇÃO MEDICA 5	Documento de Comprovação
29731896	06/08/2018 14:30	DOCUMENTAÇÃO MEDICA 6	Documento de Comprovação
29731921	06/08/2018 14:30	PROVAS - GASTOS	Documento de Comprovação
29861918	08/08/2018 09:26	Certidão	Certidão
29870478	15/08/2018 10:23	Despacho	Despacho
30425642	15/08/2018 13:33	Citação	Citação
31762006	06/09/2018 15:15	Contestação	Contestação
31762027	06/09/2018 15:15	CONTESTAÇÃO RN - NINA X LÍDER	Contestação
31762035	06/09/2018 15:15	Portaria SUSEP 34 02 08 2016 - Mudança de Razão Social Seguradora Líder-DPVAT	Outros documentos
31762057	06/09/2018 15:15	PROCURAÇÃO LIDER - 17.05.2016 - ok	Outros documentos
31762062	06/09/2018 15:15	SEGURADORA LÍDER - KIT ATUAL red Parte1	Outros documentos

31762 068	06/09/2018 15:15	SEGURADORA LÍDER - KIT ATUAL red Parte2	Outros documentos
31762 155	06/09/2018 15:17	Habilitação em processo	Petição
31779 726	10/09/2018 08:54	AR - JT572684436BR	Aviso de recebimento
31788 581	10/09/2018 11:50	Intimação	Intimação
31835 246	11/09/2018 16:19	Petição	Petição
39892 823	27/02/2019 10:24	Intimação	Intimação
39892 827	27/02/2019 10:24	Intimação	Intimação
40378 677	12/03/2019 11:03	JT 849792465BR	Aviso de recebimento



PROCURAÇÃO AD JUDICIA
ET EXTRA

✧ OUTORGANTE

NINA ROSA CUNHA LIMA, brasileiro(a), divorciado(a), professora, CPF nº 552.037.604-20, com endereço na(o) Rua Umbú, 56, COOHAB, Apodi - RN.

✧ OUTORGADO

KALYL LAMARCK SILVÉRIO PEREIRA, brasileiro, casado, advogado, OAB/RN nº 12766, com Escritório na Rua Melo Franco, 122, Térreo, Multicentro, Mossoró-RN.

✧ PODERES

Amplos, gerais e ilimitados, PARA O FORO EM GERAL, com a cláusula ad judícia - **ET EXTRA, em qualquer juízo, instância ou tribunal, inclusive postular na instância administrativa**, usando todos os recursos legais e acompanhando-o sem repartições públicas federais, estaduais ou municipais, de qualquer natureza, onde o(s) mesmo(s) seja(m) autor(es) ou réu(s), assistente(s), oponente(s), ou de qualquer modo interessado(s), podendo para tanto ajuizar as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo umas e outras, até decisão final, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes para confessar, desistir, renunciar, **TRANSIGIR**, arrolar, inquirir, requerer vista dos mesmos, concordar com cálculos, custas e contas processuais, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, arguir suspeição, falsidade e exceção, requerer falência e concordata, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes, assinar termos de Caução real ou fidejussória, concordar, discordar, enfim tudo mais praticar para o fiel e cabal desempenho deste mandato.

✧ HONORÁRIOS CONTRATUAIS

Em remuneração desses serviços o ADVOGADO OUTORGADO receberá do OUTORGANTE o valor equivalente a **30% (trinta por cento) sobre o a condenação da demanda (parcelas vencidas e vincendas)**.

§1º Os honorários contratados independem da ocorrência de honorários sucumbenciais.

§2º O pagamento total ou parcial poderá ser feito através de expedição de Requisição de Pequeno Valor - RPV em nome do ADVOGADO CONTRATADO, sendo descontada da liquidação do processo judicial.

Mossoró-RN, quarta-feira, 25 de julho de 2018.


Outorgante

Rua Melo Franco, 122, Centro,
Mossoró - RN; CEP 59.600-165.



(84) 3316-0299
klamarck@gmail.com



plata Elétrica: Criada pela Lei 10.436, de 25/04/02

Força
de 100V - CEP 39025-290
- tel: 20055199-0 | www.csem.com.br

NINA ROSA CUNHA LIMA

RUA UMBU 56

CPF 552 037 604-20

COHAB/AREA URBANA
APC/DIRN
50700-000

B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
Monofásico

CONTA CONTRATO

MÊSANO

Nº DA NOTA FISCAL

SÉRIE

EMIÇÃO

7007408840

06/2018

00735171

Nº DO CLIENTE

Nº DA INSTALAÇÃO

06/07/2018

04/07/2018

05/06/2018

3010685808

59600

102,79

Consumo Ativo (kWh)
Acréscimo Bandeira AMARELA
Acréscimo Bandeira VERMELHA
Contribuição Iluminação Pública
Multa por atraso NF 004450525 - 05/04/18
Juros por atraso NF 004450525 - 05/04/18
Atualização ICPIA NF 004450525 - 05/04/18

QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
146,0000000	0,32337011	92,26
		1,80
		1,48
		5,88
		1,63
		0,02
		0,02

TOTAL DA FATURA

102,79

Nº DO MEDIDOR	Tipo da Função	DATA	ANTERIOR	LEITURA	DATA	ATUAL	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
201111844	CAT	04/06/2018	11	137,00	05/06/2018	11	265,00	31	1,00000		148,00

MÊSANO kWh	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	COMPOSIÇÃO DO CONSUMO
JUN 18 148	95,34	18,00	17,16	Geração de Energia R\$ 39,92 39,72%
MAR 18 128	95,34	0,37	0,35	Transmissão R\$ 1,30 1,30%
ABR 18 142	95,34	0,42	0,40	Distribuição (Custos) R\$ 20,80 21,62%
MAR 18 152	95,34	1,00	3,81	Perdas de Energia R\$ 5,59 5,89%
FEV 18 152				Energia Setorial R\$ 5,00 6,14%
JAN 18 141				Tributos R\$ 21,70 22,88%
DEZ 17 146				Total R\$ 95,34 100%
NOV 17 167				
OUT 17 238				
SET 17 223				
AGO 17 204				
JUL 17 219				
JUN 17 230				

4CB5 79B6 EF5A CCDC 147B B83E BFF4 F37D

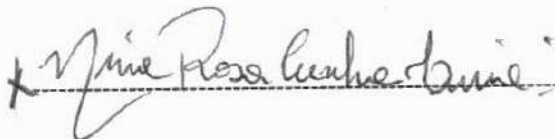
Esta conta poderá ser paga antecipadamente pelo seu cliente. Confira o site completo em www.csem.com.br. O pagamento desta Nota Fiscal-Pedimento deve ser feito somente em espécie. No caso de leitura e cobrança em vigor a Verificação. Para informações em geral, consulte o site. O cliente é responsável por manter a instalação elétrica em conformidade com o nível de tensão de fornecimento.

VAMOS DAR UM PASSO A FRENTE Juntos

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **NINA ROSA CUNHA LIMA**, brasileiro, divorciada, professora, CPF/MF sob o nº 552.037.604-20, residente e domiciliada na Rua Umbu, 56, Bairro Cohab, Zona Urbana, Apodi/RN. Declaro que, em função de minha condição financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e da Lei nº 1.060/50.

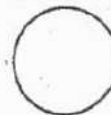
Mossoró/RN, 26 de Julho de 2018.





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA DO RN
HOSPITAL REGIONAL HÉLIO MORAIS MARINHO - FONE/FAX (84) 3333-2260 / 3523 / 9580 / 9581
RUA PROJETADA, S/N - RB 405 - KM 76 - CEP: 59.700-000 - APODI/RN - E-MAIL: sesaphmm@rn.gov.br

CLASSIFICAÇÃO



FICHA Nº _____

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

REGISTRO Nº 1153551

1. DADOS DO PACIENTE:

Nome: ANITA ROSA CUNHA LIMA

Data de Nascimento: 17/10/1959 Idade: 56 A Sexo: F

Estado Civil: SOLTEIRA Naturalidade: Alt. Santo - CE

Profissão: PROFESSORA Cartão SUS nº: 704000398535665

Filiação Pai e/ou Mãe: MARIO FERREIRA LIMA

Endereço: RUA UMBU Nº 56

Bairro: COITADO Cidade: Apodi UF: RN

Data: 15.08.16 Hora: 18:05 Rubrica do Servidor: [assinatura] Mart. _____

2. ACOLHIMENTO: () Emergência () Urgência () Ambulatório

3. ACIDENTE DE: () Trabalho () Doméstico () Trajeto

4. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

a) Queixa: _____

b) Antecedentes Alérgicos: _____

c) HAS: () DM: ()

5. EXAME FÍSICO: Peso: _____ Temperatura: _____ F C: _____ P A: _____

F. R: _____ Glasgow: _____ SpO₂: _____ HGT: _____

6. ANAMNESE: Doença de longa duração, afecção crônica, em estágio C.

7. PROCEDIMENTOS MÉDICOS: Histórico e/ou causa da lesão (alegada):

1) Ex. laboratorial para afeção crônica
2) Ex. laboratorial para afeção crônica
3) Ex. laboratorial para afeção crônica

8. PROCEDIMENTO MÉDICO: 1) Ex. laboratorial para afeção crônica

() Ambulatório, () Internamento, () Outros.



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Saúde Pública
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA
PRONTO SOCORRO VINGT-ROSADO NETO

REGISTRO N°

2570327

PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Nome: Numa Rosa Cunha Lima D.N. 27/10/59 Idade: 56
Profissão: _____ Cartão SUS n° _____
Endereço: Rua: Embaú n° 56 Bairro: Coalé
Cidade: Apodi U.F. _____ Fone: _____
Filiação: Mãe: _____ Pai: _____

Data: 15/08/2016

Hora: 19:35

A.C.C.R.:

AMARELO

1 - QUEIXA PRINCIPAL (Q.P.) - HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL (H.D.A.)

Colisão carro/moto, c/ trauma na perna esq,
don, edema, + deformidade.
Consciente, Orientada, Exame correto

2 - EXAME FÍSICO

- Fratura? da perna esq

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSBORO
SAME/ARQUIVO

3 - HIPÓTESE(S) DIAGNÓSTICA(S)

Fratura?

4 - CONDUITA MÉDICA

Data: / /

Hora: :

Solicitado: Parecer e Conduta de Ortopedia
RXs anexo

35i plus analgesia

Paciente vítima de trauma + trauma fechado
sem fratura fechada, fratura aberta
fratura humeral direita

fratura de rádio e ulna
fratura de fêmur
fratura de tíbia e fíbula
fratura de pé direito

5 - PRESCRIÇÃO MÉDICA

DATA E HORA	PRESCRIÇÃO	VIA	ENFERMAGEM	
			HORÁRIO	ASSINATURA
	1. Analgesia 35i plus 10mg IV			
	2. Antibiótico 1mg IV 12h			

6 - DIAGNÓSTICO(S) DEFINITI(S)

Fratura de rádio e ulna
Fratura de fêmur
Fratura de tíbia e fíbula
Fratura de pé direito

7 - CONCLUSÃO DO ATENDIMENTO

(X) ALTA DO PRONTO SOCORRO (X) INTERVENÇÃO HOSPITALAR () TRANSFERÊNCIA () OUTROS (Descrever)

Observações: 35i plus 10mg IV



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODoviÁRIA ESTADUAL - CPRE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

BOAT 001/08/2016

1 - LOCAL E DATA

Local RUA PADRE JOÃO DA CUNHA Bairro CENTRO
Cidade/UF APODI P. Ref. DEFRIT A COGERA
Data 15/08/2016 Hora do acidente 17:30 Hora do registro 18:04 Dia da semana SEGUNDA

2 - NATUREZA DA OCORRÊNCIA

☒ - Colisão Frontal ☐ - Colisão Lateral ☐ - Capotamento ☐ - Atropelamento
☐ - Colisão Posterior ☐ - Colisão Transversal ☐ - Choque ☐ - Outro(s) _____

3 - VEÍCULO 01:

Placa ou Chassi MYO-0876 Cidade MOSSORÓ UF RN
Marca/Mod. FIAT / FIORINO TREKKING Cor CINZA Ano 1998 / 1999
Proprietário FRANCISCO ANTONIO DE LIMA Nº de Ocupantes 01
Condutor FRANCISCO ANTONIO DE LIMA Data de Nasc. 10/02/1965
Endereço SITIO TRAPIA II Nº _____ Fone (84) 9 9966-2519
Bairro ZONA RURAL Cidade APODI UF RN
CPF Nº 761 409 204-87 CNH Nº 04020905680 Validade 12/10/2016 Categoria A13
Local de Trabalho AGRICULTOR Fone _____
End. SITIO TRAPIA II Nº _____ Bairro ZONA RURAL Cidade APODI

4 - VEÍCULO 02:

Placa ou Chassi NNT-3644 Cidade APODI UF RN
Marca/Mod. YAMAHA / FACTOR YBR125 Cor VERMELHA Ano 2012 / 2012
Proprietário FRANCISCO FELIPE FERREIRA DE LIMA Nº de Ocupantes 02
Condutor FRANCISCO XAVIER DE SOUZA TORRES Data de Nasc. 13/03/1976
Endereço RUA LUIZ Sulpino Nº 58 Fone (84) 9 9152-1047
Bairro CENTRO Cidade APODI UF RN
CPF Nº 070-294-924-76 CNH Nº 03041223738 Validade 19/10/2018 Categoria A13
Local de Trabalho MOTO TAXI Fone _____
End. CENTRO Nº _____ Bairro _____ Cidade APODI

5 - VEÍCULO 03:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF Nº _____ CNH Nº _____ Validade _____ Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ Nº _____ Bairro _____ Cidade _____

6 - VEÍCULO 04:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____
Proprietário _____ Nº de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____

11 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
 Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: HOSPITAL DE APODI Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro
 Nome ANA ROSA CUNHA LIMA Data de Nascimento 27/10/1959
 RG Nº 003.162.045 Órgão Expedidor SSP Nº 56 Fone (84) 99107-6252
 Endereço RUA UNIBY Cidade APODI UF RN
 Bairro PODI DO AMANTOS
 Versão A MESMA INFORMA QUE SEGUIA NA FADE JOAO DA CUNHA
QUANDO PERCEBIDA O CARRO VIAM E SUA DIREÇÃO INDICOU
AO MOTORISTA FRA DESVIAR-SE MAIS NAO FEZ SEITO. ACABAR
SAINDO NA FADE
 Assinatura Ana Rosa Cunha Lima Hora _____

12 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
 Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: _____ Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro
 Nome _____ Data de Nascimento _____
 RG Nº _____ Órgão Expedidor _____ Nº _____ Fone _____
 Endereço _____ Cidade _____ UF _____
 Bairro _____
 Versão _____
 Assinatura _____ Hora _____

13 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
 Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: _____ Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro
 Nome _____ Data de Nascimento _____
 RG Nº _____ Órgão Expedidor _____ Nº _____ Fone _____
 Endereço _____ Cidade _____ UF _____
 Bairro _____
 Versão _____
 Assinatura _____ Hora _____

14 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
 Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: _____ Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro
 Nome _____ Data de Nascimento _____
 RG Nº _____ Órgão Expedidor _____ Nº _____ Fone _____
 Endereço _____ Cidade _____ UF _____
 Bairro _____
 Versão _____
 Assinatura _____ Hora _____

15 - SOCORRISTA E VEÍCULO UTILIZADO
 Placa _____ Cidade _____ UF _____ Marca/Modelo _____
 Nome _____ RG Nº _____ Órgão Exp. _____
 Endereço _____ Nº _____
 Bairro _____ Cidade _____ Fone _____

16 - OBSERVAÇÃO DO AGENTE DE TRÂNSITO
AO CHEGAR AO LOCAL FOI CONSTATADO QUE V1 E V2
ESTAVAM NO LOCAL DE REQUISO, FOI REGISTRADO OS SENTIDOS,
DISTÂNCIAS, AVARIAS E VERSÕES. APÓS A ANÁLISE DOS FATOS E
ELEMENTOS DA VIA FICA CERTIFICADO, QUE O CONDUTOR DE V1 CON-
DIZIA SEU VEÍCULO SEM DEVIDA ATENÇÃO E OS CUIDADOS NECESSÁ-
RIO À SEGURANÇA DO TRÂNSITO, COMO TAMBÉM ADENTROU A
MARGEM CONTRÁRIA DA VIA, CONTUDO O MESMO FEZ USO DE
FEZIDA ALCOOLICA CONSTATADO NO TCE (TERMO DE CONSTATADO
DE EMBRIAGUES), ONDE SUA CNH (CARTEIRA NACIONAL DE HABIL-
ITAÇÃO FOI RECOLHIDA

Rio de Janeiro, 04 de Abril de 2017

* Carta nº: 10774894

A/C: NINA ROSA CUNHA LIMA

Sinistro: 3170122212 ASL-0074367/17
Vítima: NINA ROSA CUNHA LIMA
Data Acidente: 15/08/2016
Natureza: INVALIDEZ
Procurador: JAKSONEY JOSE DE OLIVEIRA /

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: NINA ROSA CUNHA LIMA

Valor: R\$ 843,75

Banco: 001

Agência: 000000892-3

Conta: 000006090-9

Tipo: CONTA CORRENTE

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	843,75

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um tornozelo 25%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 25%) 6,25%

Valor a indenizar: 6,25% x 13.500,00 = R\$ 843,75

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

DR. MAURO CARVALHO JR

Paciente: Nina Rosa Cunha Lima

Data: 11 de março de 2017

Médico solicitante: Dr. Raphael Machado

ULTRA-SONOGRAFIA DO OMBRO DIREITO

Exame realizado em equipamento dinâmico, com transdutor linear, bidimensional, na frequência de 12,0 MHz.

Tendão longo do bíceps bem visualizado, em sua localização habitual, sem sinais de rotura, sem sinais flogísticos.

Bursa subdeltóidea e subacromial bem visualizados, com acúmulo de líquido e aumento da espessura da Bursa subacromial.

Tendão dos músculos infra-espinhal e supra-espinhal bem visualizados, com líquido peritendinoso na inserção do supra-espinhal.

CONCLUSÃO:

Bursite. Tendinopatia do supra-espinhal.



Dr. MAURO P. F. DE CARVALHO JÚNIOR
CRM-RN 4868



Verbo para os dedos fins que Nina
para Cene Lima se encontra em tratamento
de fisioterapia devido e pós-operatório de
cirurgia em tornozelo esquerdo por trauma
osteoarticular, ocasionando fratura. Apresenta
redor no (quadrante) superior com frequen-
cia de 3 (três) vezes semanais, con-
tinua em seu domicílio finalizando
no clímax.

A paciente relatada no momento está
deambulando com auxílio de muletas por
ainda sente dor e apresenta mobilidade
claudicante, dificultando suas atividades
labores. (CID S82.1)

Apodi-RN

20/01/2017

Assinatura

Dr. Francisco Wlkerdo Carmo Morais

FISIOTERAPEUTA

Credito: 105778-1

CPF: 046.572.114-81

Rua: Marechal Floriano, nº 69, Apodi/RN

(84) 3333-3808 | 9 9157-9142



Atento para os devidos fins que
Nina Rosa Cunha Lima se encontra
em tratamento de fisioterapia de dor
e nos procedimentos de fisioterapia em
fêmur e fíbula distal (tornozelo esquerdo),
dor e trauma automobilístico.
A paciente se encontra insatisfeita
para realização de suas atividades
por ainda locomover-se com auxílio
de muletas e preceito eletro-terapia por
mais 15 (quinze) dias de suas
atividades laborais para dar ênfase ao
tratamento.

Dr. Francisco Wilker do Carmo Moraes
FISIOTERAPEUTA
Credito: 105778-1
CPF: 040.874.314-01

Apodi-RN

30/11/2016

Assinatura

Rua: Marechal Floriano, nº 69, Apodi/RN
(84) 3333-3808 | 9 9157-9142



ORTHOS

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

ORTOPEDISTAS:

Dr. Almirante Lopes - CRM 3136
Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161
Dr. João Firmino - CRM 2517
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999
Dr. Rodrigo Jales - CRM 4759
Dr. Tupinambá Nogueira - CRM 4017
Dr. Raphael Machado - CRM 6320
Dr. Vicente Andrade - CRM 5592

P, como não como linha.

frustração minha

(15 dias)

- Terceiro dia.

- Segundo: mais na mão com
algo leve.

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antonio - Mossoró/RN
Fone: 84 3314-7755 / 3316-0184 - Fax: 84 3317-3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com

06/10/16



ORTOPEDISTAS/TRAUMATOLOGISTA

Dr. Alencar Lopes - CRM 3136
Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161
Dr. João Firmino - CRM 2517
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2099
Dr. Rodrigo Jales - CRM 4759
Dr. Tupinambá Nogueira - CRM 4017
Dr. Raphael Machado - CRM 6320
Dr. Vicente Andrade - CRM 5592
Dr. Kéliete Gurgel - CRM 0706

ORTHOS
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

Handwritten notes and signatures:
- *Dr. Raphael Machado Gonçalves*
- *Dr. Antonio Pinheiro*
- *Dr. Manoel Fernandes*
- *Dr. Rodrigo Jales*
- *Dr. Tupinambá Nogueira*
- *Dr. Raphael Machado*
- *Dr. Vicente Andrade*
- *Dr. Kéliete Gurgel*

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM 6320

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antônio - Mossoró/RN
Fone: 84 3314 7755 / 3316 0184 - Fax: 84 3317 3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com

Recibo

Nº

R\$

350,00

Receb. de (s) Sr.(s) *Maria Rosa Cunha Lima*

Endereço *R. Umbu, 56*

a importância supra de R\$ *Trezentos e cinquenta reais*

referente *A fixoterapia 20 sessões no valor de 350,00*

pelo que para maior clareza firmo o presente.

EMITENTE

Dr. M. CLAYAP - FISIOTERAPIA - LTP

ENDEREÇO

Av. Marechal Floriano, 62

CNPJ / CPF / RG

17.814.000.0003-28

LOCAL E DATA

Mossoró - RN 20/01/2017

GRAFSET

OBSERVAÇÕES

Dr. Francisco Wilker do Carmo Moura

FISIOTERAPEUTA

Creditor: 105778-1

CPF: 046.874.374-01

ASSINATURA



ORTHOS

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

ORTOPEDISTAS/TRAUMATOLOGISTA

Dr. Almirado Lopes - CRM 3136
Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161
Dr. João Firmino - CRM 2517
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999
Dr. Rodrigo Jules - CRM 4759
Dr. Tupinambá Nogueira - CRM 4017
Dr. Raphael Machado - CRM 6320
Dr. Vicente Andrade - CRM 5592
Dr. Kellier Gurgel - CRM 6766

1. Nemo esse S. Lomo

24

3. Fisiologia neto (25 de 2007)

4. outro neto.

5. Fisiologia

26/03/17.

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6320

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antonio - Mossoró/RN
Fone: 84 3314 7755 / 3316 0184 - Fax: 84 3317 3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com



ORTOPEDISTAS/TRAUMATOLOGISTA
Dr. Almirante Lopes - CRM 3136
Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161
Dr. João Firmino - CRM 2517
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999
Dr. Rodrigo Jales - CRM 4759
Dr. Tupinambá Nogueira - CRM 4017
Dr. Raphael Machado - CRM 6320
Dr. Vicente Andrade - CRM 5592
Dr. Kellerte Gurgel - CRM 6766

Dr. Almirante Lopes - CRM 3136

Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161

Dr. João Firmino - CRM 2517

Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6320

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antonio - Mossoró/RN

Fone: 84 3314 7755 / 3316 0184 - Fax: 84 3317 3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com

36103154



ORTOPEDISTAS/TRAUMATOLOGISTA
Dr. Almirante Lopes - CRM 3136
Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161
Dr. João Firmino - CRM 2517
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999
Dr. Rodrigo Jales - CRM 4759
Dr. Tupinambá Nogueira - CRM 4017
Dr. Raphael Machado - CRM 6320
Dr. Vicente Andrade - CRM 5592
Dr. Kellerte Gurgel - CRM 6766

Dr. Almirante Lopes - CRM 3136

Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161

Dr. João Firmino - CRM 2517

Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6320

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antonio - Mossoró/RN

ne: 84 3314 7755 / 3316 0184 - Fax: 84 3317 3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com

36103154



ORTOPEDISTAS/TRAUMATOLOGISTA
Dr. Alencar de Lopo - CRM 3136
Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161
Dr. João Firmino - CRM 2517
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999
Dr. Rodrigo Jales - CRM 4759
Dr. Tupinambá Nogueira - CRM 4017
Dr. Raphael Machado - CRM 6320
Dr. Vicente Andrade - CRM 5592
Dr. Kellerte Gurgel - CRM 6786

nome da cirurgia

ex. cirurgia de retirada de tumor

ex. cirurgia de retirada de tumor

Dr. Lopo

Dr. Lopo

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6320

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antonio - Mossoró/RN
Fone: 84 3314 7755 / 3316 0184 - Fax: 84 3317 3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com

20/01/17



ORTOPEDISTAS/TRAUMATOLOGISTA
Dr. Alencar de Lopo - CRM 3136
Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161
Dr. João Firmino - CRM 2517
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999
Dr. Rodrigo Jales - CRM 4759
Dr. Tupinambá Nogueira - CRM 4017
Dr. Raphael Machado - CRM 6320
Dr. Vicente Andrade - CRM 5592
Dr. Kellerte Gurgel - CRM 6786

nome da cirurgia

ex. cirurgia de retirada de tumor

ex. cirurgia de retirada de tumor

ex. cirurgia de retirada de tumor

ex. cirurgia de retirada de tumor

ex. cirurgia de retirada de tumor

ex. cirurgia de retirada de tumor

Dr. Lopo

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antonio - Mossoró/RN
Fone: 84 3314 7755 / 3316 0184 - Fax: 84 3317 3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6320

RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Nome Completo:
CLÍNICA MÉDICA DE MOSSORÓ
CNPJ: **24.530.487/0001-82**
Endereço Completo:
Rua Pedro Velho, 136
Bairro: **Santo Antônio** Fone: **(84) 3314-7755**
Cidade: **Mossoró** UF: **RN**

1ª VIA - FARMÁCIA

2ª VIA - PACIENTE

Paciente: Juliana das S. Lima

Endereço: _____

Prescrição:

• Anestesia do sang - 21 de
01 de 2014 + 50.

2610314

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6320

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: _____
Ident.: _____ Org. Emissor: _____
End.: _____
Cidade: _____ UF: _____
Telefone: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

ASSINATURA DO FARMACÊUTICO

Data



LAUDO MÉDICO

PARA : NINA ROSA CUNHA LIMA

Paciente supracitada vem sendo por mim acompanhada devido história de de fratura em tornozelo esquerdo a cerca de 01 (um) ano .

Paciente submetida a tratamento cirúrgico com osteossíntese com placa e parafuso .

Ao exame : Amplitude de movimento preservado , porém com parestesia e sensibilidade reduzida em 50% em região dorsal do pé esquerdo . Recebe alta definitiva .

CID : S 94.9

S 82.5

S 82.6



AUTENTICAÇÃO

Certifico que a presente fotocópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentada

08 NOV 2017

Maria Lucivam F. Silva Azevedo
Maria Lucimar Fontes
Dennis Fontes de Melo Sousa
Isaías Prata de M. Júnior
Douglas Fontes de Azeite

GRATO PELA ATENÇÃO

MOSSORÓ , 01 DE NOVEMBRO DE 2017



Raphael Machado Gonçalves

DR RAPHAEL MACHADO

ORTOPEDIA/ TRAUMATOLOGIA

CRM/RN 6320

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6320



ORTHOS

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

ORTOPEDISTAS/TRAUMATOLOGISTA

Dr. Almirante Lopes - CRM 3136
Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161
Dr. João Firmino - CRM 2517
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999
Dr. Rodrigo Jales - CRM 4759
Dr. Tupinambá Nogueira - CRM 4017
Dr. Raphael Machado - CRM 6320
Dr. Vicente Andrade - CRM 5592
Dr. Kellerte Gurgel - CRM 6766

2/ nome do paciente Lima.

Dr. *[assinatura]*
1 de Junho

- *[assinatura]*

- *[assinatura]*

- *[assinatura]*

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6320

0812116. Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antonio - Mossoró/RN
Fone: 84 3314 7755 / 3316 0184 - Fax: 84 3317 3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com



HOSPITAL MATERNIDADE

ALMEIDA
CASTRO

"Aqui Nós Fazemos a Diferença"
RECEITUÁRIO

1. NOME DO PACIENTE: S. LIMA

2. IDADE: 20 anos

3. PROFISSIONAL: Dr. J. - Ginecologia
4. DATA DE EMISSÃO: 10/08/16

5. LITERO COM: Dr. J. - Ginecologia
6. DATA DE EMISSÃO: 10/08/16

Rua: Juvenal Lamartine, 334 - Centro

Mossoró/RN CNPJ nº 08.256.240/0001-63

Fone: 3316-4359

Dr. J. - Ginecologia
Dr. J. - Ginecologia
Dr. J. - Ginecologia

17/08/16



M.A.C - APANIM

RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A MATERNIDADE E A INFÂNCIA DE MOSSORÓ

END: RUA JUVENAL LAMARTINE, 334 - CENTRO - MOSSORÓ/RN

TEL: (84) 3422-8444 FAX: (84) 3314-0437

CNPJ - 08.256.240/0001-63

2ª VIA PACIENTE

PACIENTE: _____

ENDEREÇO: _____

PRESCRIÇÃO: _____

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

NOME: _____

IDENTIDADE: _____ ORGÃO EMISSOR: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ UF: _____ TELEFONE: _____

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR:

ASSINATURA DO FARMACÊUTICO

DATA: ____/____/____



HOSPITAL MATERNIDADE

ALMEIDA
CASTRO

"Aqui Nós Fazemos a Diferença"

RECEITUÁRIO

1. Nome do paciente

- Nome do médico

- Número: 01108116

- Data de emissão

01108116

Dr. Raphael Machado
Ortopedia e Traumatologia
CRM 6320

Rua: Juvenal Lamartine, 334 - Centro
Mossoró/RN CNPJ nº 08.256.240/0001-63
Fone: 3316-4359



ORTOPEDISTAS:
Dr. Almirante Lopes - CRM 3136
Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161
Dr. João Firmino - CRM 2517
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999
Dr. Rodrigo Jales - CRM 4759
Dr. Teplimamba Nogueira - CRM 4017
Dr. Raphael Machado - CRM 6320
Dr. Vicente Andrade - CRM 5592

na área saúde humana

linha médica

atendimento médico de emergência de
nos atendidos com rapidez e
a equipe de emergência
médica e linha ligada
24 horas por telefone e
atendimento médico com atenção

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antonio - Mossoró/RN
84 3314-7755 / 3316-0184 - Fax: 84 3317-3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com

na área saúde humana - atendimentos
médicos urgentes. Com foco de

São

São

São

São

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM-RN 6320

21/03/15



ATESTADO

ATESTO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O SR(A) WANDA TEREZA GUARANDA LIMA
_____, SUBMETEU-SE A TRATAMENTO
NO DIA 24/04/2020, NECESSITANDO DE 120 DIAS DE REPOUSO A PARTIR

DESTA DATA.

C.I.D.: S82.5, 502.5

A.L.H.: _____
MOSSORÓ/RN, 17 DE maio DE 2020

Dr. Papikael Michel de Góes
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6320

Médico (Carimbo)

2. Período.

do exame: magnitude de movimento
passivo, flexão com dor e restri-
ções de movimento em 50%. um arco passivo
de flexão. Não há dor ativa, nem
limitação de movimento.

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6320



50. 334.3

582.5

582.6

01151114



Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM 6320

1) Numa das primeiras vezes.

Exatidão médica.

1) Paciente apresenta um dor no
lado esquerdo da região lombar
e de dor no membro superior
direito, com dor no
cotovelo direito.

Exatidão médica e tratamento
com medicamentos e fisioterapia.

Rua Duodécimo Rosado, 1430 - Nova Betânia - Mossoró /RN
CEP: 59.604-020 | Fone: (84) 9 9910.8100

SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA PARA O HRTM ATRAVÉS DA UGV

Paciente: <u>Nune Rose Leme</u>	
Idade: <u>11</u>	Sexo: M() F()
Diagnóstico: <u>Fratura de tornozelo em parafuso de</u>	
Parecer/Clinica: <u>estudo</u>	
Hospital Solicitante da Vaga: <u>Apodi</u>	
Enfer.()	UTI() Ped.()
Médico Solicitante: <u>Bruno</u>	
Paciente c/ Encaminhamentos: S() N()	
Data/Hora da Solicitação: <u>18:20 15/08/16</u>	
Técnico UGV: <u>Adriano</u>	

CARIMBO E CÓPIAS - Mossoró/RN - (84) 3317-4920



HOSPITAL MATERNIDADE ALMEIDA CASTRO

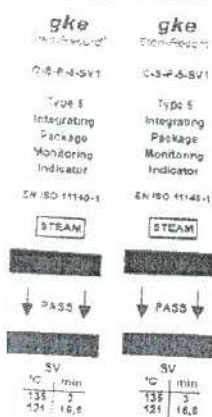
CAF. 204 - A

GUIA DE INTERNAMENTO - Nº 10832

Identificação do Paciente			
Paciente	NINA ROSA CUNHA LIMA		
Nome do Pai	MARIO FERREIRA LIMA	Prontuário	0000012505
Nome da Mãe	MARIA ELZIR CUNHA MARTINS	CPF	55203760420
Dt. Nascimento	27/10/1959 56a 9m	RG	003162045
Escolaridade	Superior Completo	CNS	704000378535665
Endereço	RUA UMBU, 56 - Bairro: CENTRO - CEP 59700000		Orgão/UF
Cidade/UF	APODI/RN		Sexo
Naturalidade	ALTO SANTO	Telefones	84 991078252/ 9 88472163
Profissão	PROFESSORA	Procedência	
Convênio	PARTICULAR	Estado Civil	Divorciado
Internamento em	16/08/2016	Médico(a)	RAPHAEL MACHADO GONCALVES
		Hora	13:41

Assinatura do(a) Paciente/Responsável:

Assinatura do(a) Recepcionista: MARIA REJANE DE LIMA



Núcleo Hospitalar de Vigilância Epidemiológica - NHVE



BOLETIM DE SALA

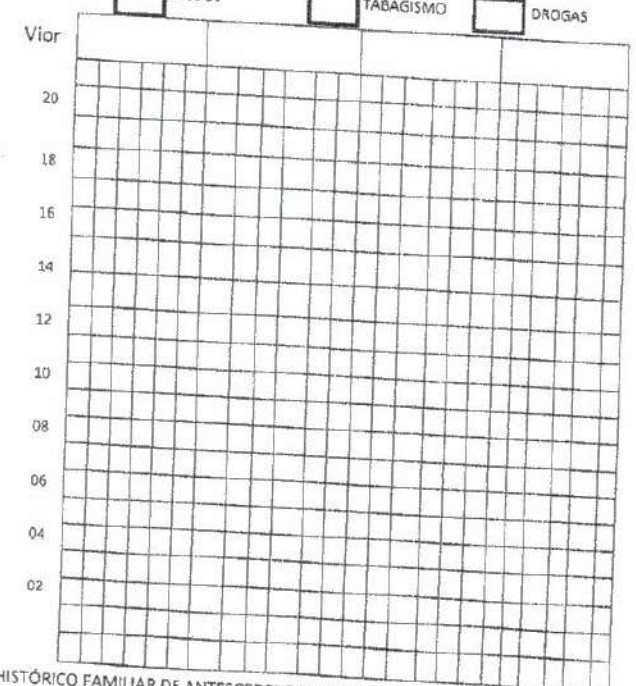
PACIENTE: Maria Rosa DATA: 16.08.16
CIRURGIA REALIZADA: Amputação de membro superior direito
CIRURGIÃO: Dr. [assinatura]
1º AUXILIAR: Dr. [assinatura] CRM: 2º AUXILIAR: CRM:
ANESTESIOLOGISTA: CRM:
INSTRUMENTADORA: CRM:
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: COREN: CIRCULANTE: COREN:

DESCRIÇÃO DO ATO CIRÚRGICO

VIA ACESSO	TÉCNICA	FINAL:	ASPECTOS DAS ESTRUTURAS ANATOMICAS	DRENAGEM	SUTURA
<p>1. Incisão em T sobre o membro superior direito, com extensão lateral de 10cm e medial de 5cm.</p> <p>2. Dissecção em profundidade até o nível da articulação do ombro.</p> <p>3. Amputação da cabeça do humero e do glúteo maior.</p> <p>4. Ligadura dos vasos e nervos.</p> <p>5. Lavagem da cavidade com solução fisiológica.</p> <p>6. Colocação de gaze e curativo.</p>					
<p>Assinado eletronicamente por: <u>Dr. [assinatura]</u> CRM: <u> </u></p>					

ACOMPANHAMENTO ANESTÉSICO

PRESSÃO ARTERIAL: X PULSO:
TEMPERATURA: PESO: ALTURA: RESP.:
TIPO SANGÜÍNEO: ALERGIA: OUTROS:
ANESTESIA: TIPO: TÉCNICA:
HÁBITO ☐ ALCOOL ☐ TABAGISMO ☐ DROGAS



DROGAS USADAS	UND	QUANT
01-		
02-		
03-		
04-		
05-		
06-		
07-		
08-		
09-		
10-		
11-		
12-		

HISTÓRICO FAMILIAR DE ANTECEDENTES ANESTÉSICOS?
INTERCORRÊNCIAS:

CAM **Clínica de Anestesiologia de Mossoró Ltda.**

FICHA DE ANESTESIA

NOME <u>Nina Rosa Cruz Lima</u>							DATA <u>16/08/16</u>	
SERVIÇO <u>CDR</u>		ANESTESISTA <u>Rodolfo</u>			CIRURGIÃO <u>Michael / Pablo</u>			
IDADE <u>564</u>	SEXO <u>F</u>	COR <u>IS</u>	BR. ART. <u>100x100 #6</u>	PULSO <u>7</u>	TEMP. <u>36.5</u>	ESTADO FÍSICO <u>1 2 3 4 5</u>	PRÉ-ANESTÉSICO <u>Midazolam 5mg</u>	
DIAGNÓSTICO <u>futura de toracico</u>								

[illegible][illegible]

Soro	1500ml
Sangue	1
Outros	

TÉCNICA ANEST. GERAL: () INALATÓRIA: () ENDOVENOSA: () BALANCEADA: () SEDAÇÃO: ()
ANEST. REGIONAL: () RAQUIDIANA: (X) PERIDURAL: () OUTROS: ()

AGENTES EMPREGADOS Cefalotina 2g; Dioxolona 2g; Tetr 40 mg;
Dexa 10mg; ONDARTO 50mg

Numero : 0000911511
Nome : NINA ROSA CUNHA LIMA E SILVA
Médico : RAPHAEL MACHADO GONCALVES
Convênio: Particular

Data de Cadastro: 16/08/2016
Telefone: 8491076252
Idade: 56 Ano(s)
RG: 3162045

HEMOGRAMA COMPLETO

(Sangue Total EDTA)

SERIE VERMELHA:

	Valores Encontrados	Valores referenciais / idade: 56 Ano
(s)		
Hemácias em milhões/mm ³	4,53	3,90 a 5,80
Hemoglobina g/dL.....	13,40	11,50 a 16,50
Hematócrito em %.....	40,40	36,00 a 47,00
Volume Corpuscular Médio em um ³	89,18	80,00 a 98,00
Hemoglobina Corp.Média em pg....	29,58	26,00 a 34,00
Concentração Hemoglobina em %...	33,17	32,00 a 36,00
RDW em %.....	13,60	11,50 a 15,50

PLAQUETAS:

	Valores Encontrados	Valores referenciais / idade: 56 Ano
(s)		
Plaquetas em mil/mm ³	313,00	150,00 a 450,00
MPV em um ³	8,30	6,00 a 10,00
PDW em %.....	12,80	8,00 a 18,00

Observação: Serie vermelha sem alterações morfológicas. Plaquetas morfolologicamente normais.

SERIE BRANCA:

	Valores Encontrados	Valores referenciais / idade: 56 Ano
(s)		
Leucocitos em /mm ³	% por mm ³ 13400	% por mm ³ 4.000 a 11.000
Linfócitos Típicos.....	21,20 2840,8	20 a 45 800 a 4.950
Monócitos.....	6,60 884,4	1 a 11 40 a 1.100
Neutrof. Mielocitos.....	0,00 0	0 a 0 0 a 0
Neutrof. Metamielocitos.....	0,00 0	0 a 1 0 a 110
Neutrof. Bastonetes.....	2,00 268	1 a 5 40 a 550
Neutrof. Segmentados.....	69,10 9259,4	45 a 70 1.800 a 7.700
Eosinófilos.....	1,10 147,4	1 a 6 40 a 660
Basófilos.....	0,00 0	0 a 2 0 a 220
Linfócitos Atípicos (ALY).....	0,00 0	0 a 2 0 a 220

Observação: Leucocitose com neutrofilia.
Serie branca sem alterações morfológicas.

Automação: ABX - Pentra 80

Dúvidas na interpretação ou inconformidades: Consulte-nos pelo fone 84 9.9666-4443

RASH do Exame: 4D0587C20E3AB76FB99F956E2ED6D0E837A86531

Dr. Erislânio Vitor Guimarães Pereira
CRF/RN - 3484

IMPORTANTE: Os valores dos testes de laboratório sofrem influência de estados fisiológicos, patológicos, uso de medicamentos, etc. Os resultados destes exames não devem ser considerados isoladamente como diagnóstico de

Numero : 0000911511
Nome : NINA ROSA CUNHA LIMA E SILVA
Médico : RAPHAEL MACHADO GONCALVES
Convênio: Particular

Data de Cadastro: 16/08/2016
Telefone: 8491076252
Idade: 56 Ano(s)
RG: 3162045

GLICOSE.....: 92 mg/dL
(soro) Metodo: Automacao Advia 1200
Valores referenciais: (70 a 99)

Laudo Evolutivo 92
Datas..... 16/08/2016

HASH do Exame: 8BB0760F1DAAB836E99B5836B1635FD9C59DA89D


Dra. Fernanda Cinthia Diniz Texeira
CRF 3258

IMPORTANTE: Os valores dos testes de laboratório sofrem influência de estados fisiológicos, patológicos, uso de medicamentos, etc. Os resultados destes exames não devem ser considerados isoladamente como diagnóstico de

Numero : 0000911511
Nome : NINA ROSA CUNHA LIMA E SILVA
Médico : RAPHAEL MACHADO GONCALVES
Convênio: Particular

Data de Cadastro: 16/08/2016
Telefone: 8491076252
Idade: 56 Ano(s)
RG: 3162045

RETRACAO DO COAGULO.....: Normal
(sangue) Método: Direto
Valores Referenciais: (Normal)

HASH do Exame: F300470A19984F2802D4CB8D0730C3FC6C3C3AD4

TEMPO DE COAGULACAO.....: 8,00 minutos
(sangue) Método: Lee e White
Valores Referenciais: (5,00 a 12,00) minutos

HASH do Exame: 2A82842D84AA03B579C7FEDBAE64F230264B3C6C

TEMPO DE SANGRAMENTO.....: 1,30 minutos
Método: Duke
Valores Referenciais : (1,00 a 4,00) minutos

HASH do Exame: 48586022C2A4BE9609BFE44566A795B696E115D2

TEMPO E ATIVIDADE DE PROTROMBINA- (TAP)
(Plasma Citratado) Método: Automacao ACL 7000

Tempo de Protrombina

Tempo do paciente.....: 9,8 segundos
Plasma Normal (PN).....: 9,8 segundos
Relacao PP/PN.....: 1,00 segundos
Atividade Enzimática.....: 100 %

(70 a 120) %

Rel. Int. Normalizada (INR).....: 1,00

(menor que 1,20)

HASH do Exame: 3F72F944F8199A74EF32FC4E1AE70F8EF23F372B

TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADO
(Plasma Citratado) Método: Automacao ACL 7000

Tempo de Tromb. Parcial Ativada

Plasma Paciente (PP).....: 24,8 segundos
Tempo controle.....: 25 segundos
Relação PP/PN.....: 0,99

(22,0 a 36,0) segundos

(0,96 a 1,33)

HASH do Exame: 1597D6CAECA0E4308F9996315F61F238269BA0FE

Dr. Bruna Vale
Dr. Bruna Vale
CRF - 2528

IMPORTANTE: Os valores dos testes de laboratório sofrem influência de estados fisiológicos, patológicos, uso de medicamentos, etc. Os resultados destes exames não devem ser considerados isoladamente como diagnóstico de

Numero : 0000911511
Nome : NINA ROSA CUNHA LIMA E SILVA
Médico : RAPHAEL MACHADO GONCALVES
Convênio: Particular

Data de Cadastro: 16/08/2016
Telefone: 8491076252
Idade: 56 Ano(s)
RG: 3162045

HEMOGRAMA COMPLETO

(Sangue Total EDTA)

SERIE VERMELHA:

(s)	Valores Encontrados	Valores referenciais / idade: 56 Ano
Hemácias em milhões/mm ³	4,53	3,90 a 5,80
Hemoglobina g/dL.....	13,40	11,50 a 16,50
Hematócrito em %.....	40,40	36,00 a 47,00
Volume Corpuscular Médio em um ³	89,18	80,00 a 98,00
Hemoglobina Corp.Média em pg....	29,58	26,00 a 34,00
Concentração Hemoglobina em %...	33,17	32,00 a 36,00
RDW em %.....	13,60	11,50 a 15,50

PLAQUETAS:

(s)	Valores Encontrados	Valores referenciais / idade: 56 Ano
Plaquetas em mil/mm ³	313,00	150,00 a 450,00
MPV em um ³	8,30	6,00 a 10,00
PDW em %.....	12,80	8,00 a 18,00

Observação: Serie vermelha sem alteracoes morfologicas. Plaquetas morfologicamente normais.

SERIE BRANCA:

(s)	Valores Encontrados	Valores referenciais / idade: 56 Ano
Leucocitos em /mm ³	% 13400	% 4.000 a 11.000
Linfócitos Típicos.....	21,20 2840,8	20 a 45 800 a 4.950
Monócitos.....	6,60 884,4	1 a 11 40 a 1.100
Neutrof. Mielocitos.....	0,00 0	0 a 0 0 a 0
Neutrof. Metamelocitos.....	0,00 0	0 a 1 0 a 110
Neutrof. Bastonetes.....	2,00 268	1 a 5 40 a 550
Neutrof. Segmentados.....	69,10 9259,4	45 a 70 1.800 a 7.700
Eosinófilos.....	1,10 147,4	1 a 6 40 a 660
Basófilos.....	0,00 0	0 a 2 0 a 220
Linfócitos Atípicos (ALY).....	0,00 0	0 a 2 0 a 220


Observação: Leucocitose com neutrofilia.

Serie branca sem alteracoes morfologicas.

Automação: ABX - Pentra 80

Dúvidas na interpretação ou inconformidades: Consulte-nos pelo fone 84 9.9666-4443

HASH do Exame: 4D05E7C20E3AB76FB99F956E2ED6D0E837A86531


Dr. Erislânio Vitor Guimarães Pereira
CRF/RN - 3484

Número : 0000911511
Nome : NINA ROSA CUNHA LIMA E SILVA
Médico : RAPHAEL MACHADO GONCALVES
Convênio: Particular

Data de Cadastro: 16/08/2016
Telefone: 8491076252
Idade: 56 Ano(s)
RG: 3162045

GLICOSE.....: 92 mg/dL
(soro) Método: Automacao Advia 1200
Valores referenciais: (70 a 99)

Lauda Evolutivo 92
Data..... 16/08/2016

HASH do Exame: 8BB0760F1DAAE836E99B5836B1635FD9C59DA89D



Dra. Fernanda Cinthia Diniz Texeira
CRF 3258

IMPORTANTE: Os valores dos testes de laboratório sofrem influência de estados fisiológicos, patológicos, uso de

Numero : 0000911511

Nome : NINA ROSA CUNHA LIMA E SILVA

Médico : RAPHAEL MACHADO GONCALVES

Convênio: Particular

Data de Cadastro: 16/08/2016

Telefone: 8491076252

Idade: 56 Ano(s)

RG: 3162045

RETRACAO DO COAGULO.....: Normal

(sangue) Método: Direto

Valores Referenciais: (Normal)

HASH do Exame: F300470A19984F2802D4C8ED0730C3FC6C3C3AD4

TEMPO DE COAGULACAO.....: 8,00 minutos

(sangue) Método: Lee e White

Valores Referenciais: (5,00 a 12,00) minutos

HASH do Exame: 2A82842D84AA03B579C7FED8AE64F230264B3C6C

TEMPO DE SANGRAMENTO.....: 1,30 minutos

Método: Duke

Valores Referenciais: (1,00 a 4,00) minutos

HASH do Exame: 48586022C2A4BE9609BFE44566A795B696E115D2

TEMPO E ATIVIDADE DE PROTROMBINA--(TAP)

(Plasma Citratado) Método: Automacao ACL 7000

Tempo de Protrombina

Tempo do paciente.....: 9,8 segundos

Plasma Normal (PN).....: 9,8 segundos

Relacao PP/PN.....: 1,00 segundos

Atividade Enzimática.....: 100 %

(70 a 120) %

Rel. Int. Normalizada (INR).....: 1,00

(menor que 1,20)

HASH do Exame: 3F72F944F8199A74EF32FC4E1AE70F8EF23F372B

TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADO

(Plasma Citratado) Método: Automacao ACL 7000

Tempo de Tromb. Parcial Ativada

Plasma Paciente (PP).....: 24,8 segundos


(22,0 a 36,0) segundos

Tempo controle.....: 25 segundos

Relacao PP/PN.....: 0,99

(0,86 a 1,33)

HASH do Exame: 1597D6CAECAOE4308F9996315F61F238269BA0FE


Dra. Bruna Vale
CRF - 2528

IMPORTANTE: Os valores dos testes de laboratório sofrem influência de estados fisiológicos, patológicos, uso de

Nossa Clinica

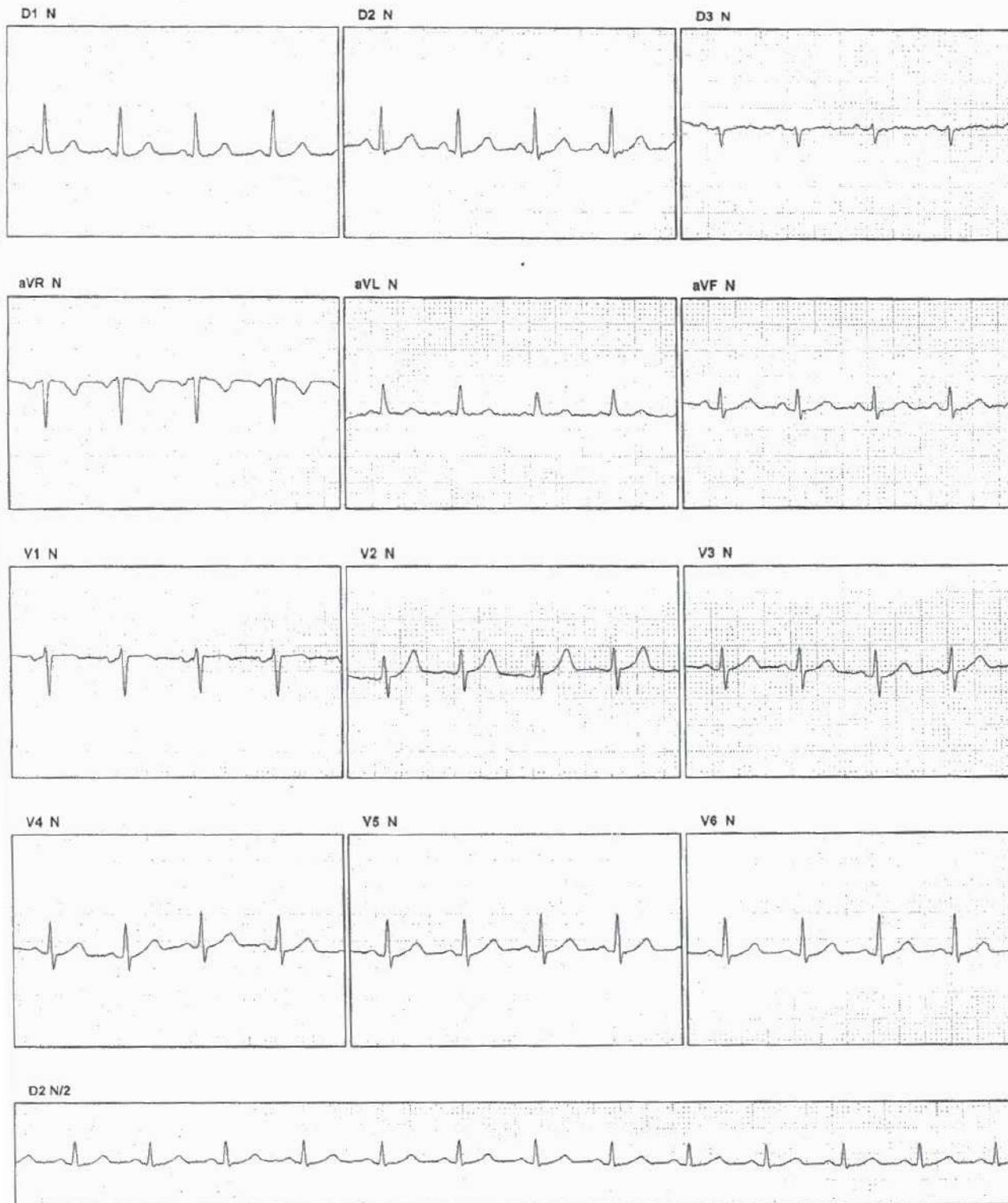
EXAME No: 0000005704 PACIENTE: NINA ROSA CUNHA LIMA

IDADE: 56 anos

TEB ECGPC V6.5

Eletrocardiograma

16/08/16 10:44



FC: 103 bpm

160816104430LOCAL001 - 1 - ECGPC:112523910 - 1/2/2016

25 mm/s Filtros: Rede MUSC

Dr. Anderson Carlos Oliveira
CARDIOLOGISTA

ECG = Normal

Nossa Clínica

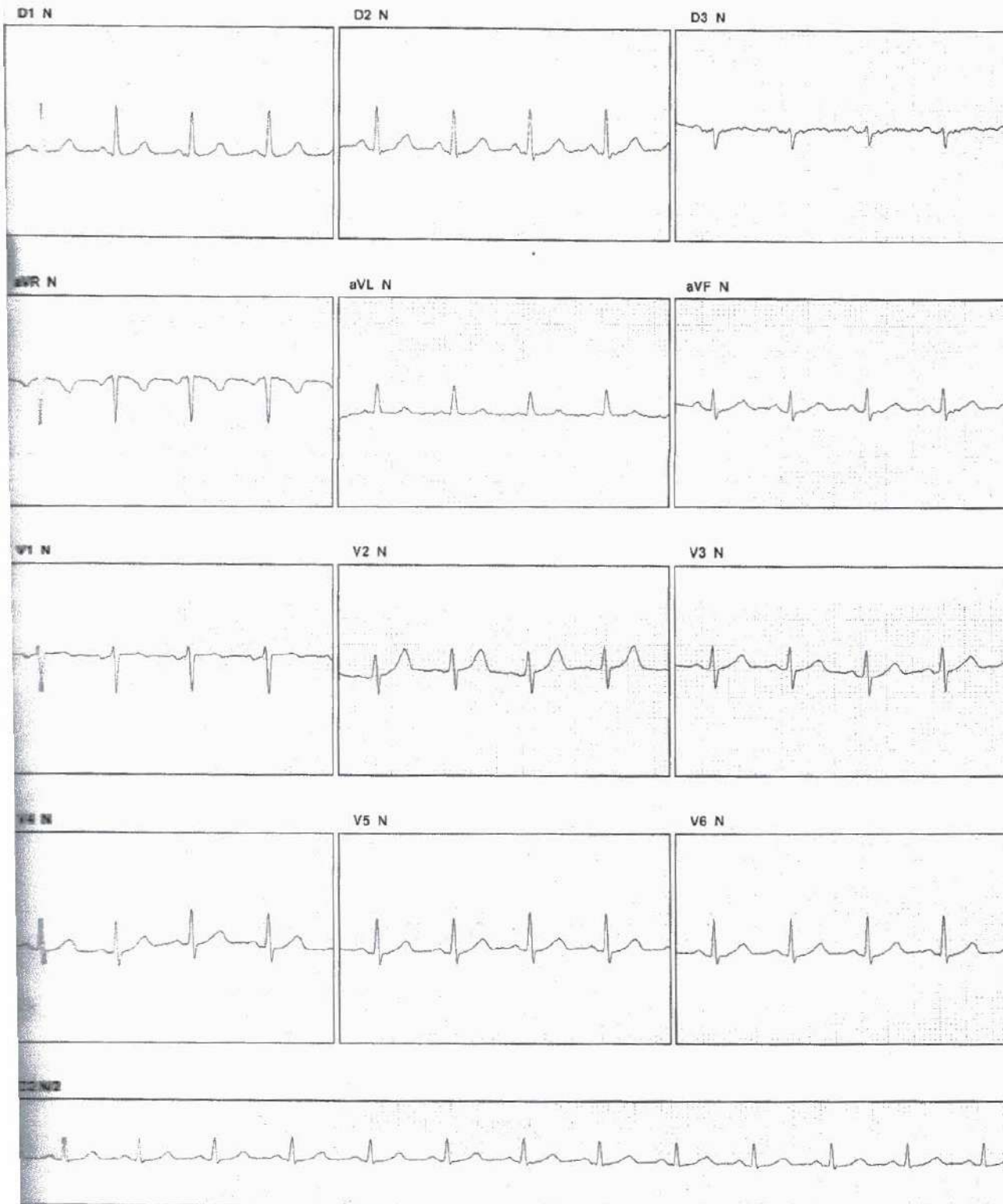
EXAME No: 0000005704 PACIENTE: NINA ROSA CUNHA LIMA

IDADE: 56 anos

TEB[®] ECGPC V6.5

Eletrocardiograma

16/08/16 10:44



100 bpm

LOCAL001 - 1 - ECGPC:112523910 - V2003
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: KALYL LAMARCK SILVERIO PEREIRA
Médico
210

25 mm/s Filtros: Rede MUSC

Ex - Normal



ORTOPEDISTAS/TRAUMATOLOGISTA
Dr. Almirante Lopes - CRM 3136
Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161
Dr. João Firmino - CRM 2517
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999
Dr. Rodrigo Jales - CRM 4759
Dr. Tapinambá Nogueira - CRM 4017
Dr. Raphael Machado - CRM 6320
Dr. Vicente Andrade - CRM 5592
Dr. Kallerto Gargal - CRM 6796

2. Viro com crânio aberto.

3. Fractura de crânio (do lado direito).

4. Fractura de crânio.

5. Fractura de crânio.

6. Fractura de crânio.

Dr. Raphael Machado
Ortopedia e Traumatologia
CRM 6320

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antônio - Mossoró/RN
Fone: 84 3314 7755 / 3316 0184 - Fax: 84 3317 3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com



ORTOPEDISTAS/TRAUMATOLOGISTA
Dr. Almirante Lopes - CRM 3136
Dr. Antonio Pinheiro - CRM 1161
Dr. João Firmino - CRM 2517
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999
Dr. Rodrigo Jales - CRM 4759
Dr. Tapinambá Nogueira - CRM 4017
Dr. Raphael Machado - CRM 6320
Dr. Vicente Andrade - CRM 5592
Dr. Kallerto Gargal - CRM 6796

2. Viro com crânio aberto.

3. Fractura de crânio (do lado direito).

4. Fractura de crânio.

5. Fractura de crânio + fratura de tibia e fêmur.

6. Fractura de crânio.

Dr. Raphael Machado
Ortopedia e Traumatologia
CRM 6320

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antônio - Mossoró/RN
Fone: 84 3314 7755 / 3316 0184 - Fax: 84 3317 3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com



Funerária Santo Antonio
CNPJ: 40.811.432/0001-05
Insc. Estadual: 20.139.686-2
Rua Gov. Dix-Sept Rosado, 417
Centro - Apucarana - Tel: 84 3333-2919

RECIBO

05

RS

12800.

Recebi de

a importância de

Referente a

Pelo que firmo o presente recibo em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Assinatura 03/11/16

Assinatura



RECIBO

R\$ 50,00

Recebemos de (a)

Uma Rosa Cunha Lima

a importância supra de R\$

50,00 Cinquenta reais

Referente a

01 Radiografia

Pelo que damos plena e geral quitação ao presente.

CPF:

552.037.604-20

Mossoró/RN

01 09 16

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antônio
Fone: 314-7755 / Fax: 317-3227

Clínica Médica de Mossoró

CNPJ: 24.530.487/0001-82

Rua Pedro Velho, 320 - Sto Antônio - Fone: 84 3314 7755 / 3316 0184 - Fax: 3317 3227 - Mossoró/RN - orthos-clinica@hotmail.com



RECIBO

R\$ 50,00

Recebemos de (a)

Uma Rosa Cunha Lima

a importância supra de R\$

50,00 Cinquenta Reais

Referente a

Uma Radiografia

Pelo que damos plena e geral quitação ao presente.

CPF:

552.037.604-20

Mossoró/RN

06 10 16

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antônio
Fone: 314-7755 / Fax: 317-3227

Clínica Médica de Mossoró

RECIBO

**Recebi da Sra. NINA ROSA CUNHA LIMA , portadora do
CPF: 552.037.604-20, a importância 200,00 (duzentos reais),
referente a uma consulta médica .**

**Raphael Machado
CRM-6320
044-645.124-02**

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6320

Mossoró-RN, 06 de Outubro de 2016



RECIBO

R\$ 5000

Recebemos de (a) Nina Rosa Cunha Lima

a importância supra de R\$ 5000

Quinhentos Reais

Referente a 05 Radiografias

Pelo que damos plena e geral quitação ao presente.

CPF: 552.037.604-20

Mossoró/RN

10

03

37

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antônio
Fone: 334-7755 / Fax: 337-3227

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antônio
Fone: 334-7755 / Fax: 337-3227

Clínica Médica de Mossoró

CNPJ: 24.530.487/0001-82

Rua Pedro Velho, 320 - Sto Antônio - Fone: 84 3314 7755 / 3316 0184 - Fax: 3317 3227 - Mossoró/RN - orthos-clinica@hotmail.com



RECIBO

R\$ 5000

Recebemos de (a) Nina Rosa Cunha Lima

a importância supra de R\$ 5000

Quinhentos Reais

Referente a 5 Radiografias

Pelo que damos plena e geral quitação ao presente.

CPF: 552.037.604-20

Mossoró/RN

08

31

36

Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antônio
Fone: 334-7755 / Fax: 337-3227

Clínica Médica de Mossoró

CNPJ: 24.530.487/0001-82

RECIBO

**Recebi da Sra. NINA ROSA CUNHA LIMA, portadora do
CPF: 552.037.604-20, a importância 200,00 (duzentos reais),
referente a uma consulta médica .**

**Raphael Machado
CRM-6320
044-645.124-02**



Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6320

Mossoró-RN, 10 de Janeiro De 2017



ORTOPEDISTAS:
Dr. Amílcar de Lencastre - CRM 3136
Dr. António Pinheiro - CRM 1161
Dr. João Furtado - CRM 2517
Dr. Manoel Fernandes - CRM 2999
Dr. Rodrigo Jales - CRM 4759
Dr. Tughanda Nequeira - CRM 4017
Dr. Raphael Machado - CRM 6320
Dr. Vicente Andrade - CRM 5592

3) Vinda nova - consulta ligada.

Exatidão nova
(15 Sessão)

Exatidão ligada.

2) Vinda antiga - consulta ligada.

Exatidão ligada + consulta ligada.

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e traumatologia
CRM/RN 6320

011031161
Rua Pedro Velho, 320 - Santo Antonio - Mossoró/RN
Fone: 84 3314-7755 / 3316-0184 - Fax: 84 3316-3227 - E-mail: orthos-clinica@hotmail.com

Nº 1		R\$ 450,00
Recibo		
Receb. de(s) Sr(s) <u>Mrs. Rosa Cunha Lima</u>		
Endereço <u>R. União, 56</u>		
a importância supra de R\$ <u>Quatrocentos e cinquenta</u>		
referente <u>A fisioterapia 90 sessões no valor de 450,00</u>		
pelo que para maior clareza firmo o presente.		
EMITENTE <u>W M CLINAR FISIOTERAPIA - Lda</u>	OBSERVAÇÕES	
ENDEREÇO <u>Av. Marechal Deodoro, 65</u>	 Dr. Francisco Wilker de Carmo Moura FISIOTERAPEUTA Credito: 108776-1 CPF: 046.874.314-51	
CPF / RG <u>17814000000-28</u>		
LOCAL E DATA <u>Assis - RN / 20/01/2017</u>	ASSINATURA	

DROGARIA UNIAO

LIMA & REGO LTDA - ME

R. MARGARIDA DE FREITAS, 279 CENTRO APODI/RN

CNPJ: 09.376.252/0001-94

IE: 20.024.849-9

IM: 0118

17/08/2016 16:39:06 CCF: 006842 CDD: 011106

CUPOM FISCAL

ITEM CODIGO DESCRICAO QTD UN VL UNIT(R \$) ST VL ITEM(R \$)

001 1530 CEFALOXINA 500MG 10CP 30x15 00 F1 39,00G

002 2407 LISADOR C 8 20x11 50 F1 23,00G

003 2055 PROFILAX 100 MG C 12 COMP 10X F1 48,54G

TOTAL R \$ 110,54

CREDIARIO 110,54

ad9ad576bc7efd93bc9277dd2d782401

Carga Tributaria R\$ 32,20 (29,13x) Fonte: IBPT

Cii: 169 - NINA ROSA CUNHA LIMA

CPF: 0 Vencido: 16/09/2016

End: RUA: MANDEL PEDRO VIANA, 36

Bai: CRUZ DE ALMA Fone:

Cid: APODI CEP: 59700000

Ass: Ven: 0010

3JS8GNNC LBCF7G1K LLDYVRK 3IR7GHLA E7P7297GCTHJ

BEMATECH MP-2100 TH FI ECF-IF

VERSAO: 01.01.01 ECF: 003 LJ: 0001

0000000000E1EYPIU 17/08/2016 16:40:01

FAB: BE051575610000227418 BR

DROGARIA UNIAO

LIMA & REGO LTDA - ME

R. MARGARIDA DE FREITAS, 279 CENTRO APODI/RN

CNPJ: 09.376.252/0001-94

IE: 20.024.849-9

IM: 0118

30/11/2016 10:32:36 CNF: 006206 CDD: 016324

NAO E DOCUMENTO FISCAL

COMPROVANTE NAO-FISCAL

001 RECEBTO CREDIAR CON: 0004 331,01

TOTAL R \$ 331,01

RECEBIMENTO 331,01

9MOEDJN7 RJLFCCT MKVCDZ10 9L1BHF15 REIDA49HCAJH

BEMATECH MP-2100 TH FI ECF-IF

VERSAO: 01.01.01 ECF: 003 LJ: 0001

0000000000RORYETII 30/11/2016 10:32:36

FAB: BE051575610000227418



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
SECRETARIA DA FAZENDA
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Nº da Nota 000000907	Nº da Substituída
Data/Hora de Emissão 18/08/2016 às 07:34:32	Competência AGO/2016
Código de Verificação QHBB47989	Data Prest. de Serviço 18/08/2016

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CNPJ: 08.256.240/0001-63 Inscrição Municipal: 001.098-7
Razão Social: ASSOC. DE ASSIST E PROT A MAT. E A INF. DE MOSSORÓ
Endereço: RUA JUVENAL LAMARTINE, 334, 59619-218, CENTRO
Município: Mossoró UF: RN
Telefone: (84)33161552 E-mail: contabilidade.apamim@gmail.com

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: NINA ROSA CUNHA LIMA
CPF/CNPJ: 552.037.604-20 Inscrição Municipal:
Endereço: RUA UMBU, 56, 59700-000, CENTRO
Município: APODI UF: RIO GRANDE DO NORTE
Telefone: 8491076252 E-mail:

SERVIÇOS

1.03 - HOSPITAIS, CLÍNICAS, LABORATÓRIOS, SANATÓRIOS, MANICÓMIOS, CASAS DE SAÚDE, PRONTOS-SOCORROS, AMBULATÓRIOS E URGÊNCIAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VLR. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOTELARIA HOSPITALAR REFERENTE A UM DIA DE INTERNAÇÃO EM ENFERMARIA DE DOIS LEITOS PARA PROCEDIMENTO DE FRATURA DE TORNOZELO REALIZADA NO DIA 16/08/2016.	1,00	1.000,00	1.000,00

VALOR TOTAL DA NFS-e R\$: 1.000,00

Deduções (R\$) 0,00	Base Cálculo (R\$) 0,00	Alíquota (%) 5,00	Valor do ISS (R\$) IMUNE	Outras Retenções (R\$) 0,00
INSS (R\$) 0,00	IRPJ (R\$) 0,00	CSLL (R\$) 0,00	COFINS (R\$) 0,00	PIS/PASEP (R\$) 0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

Natureza da Operação: Imune
Natureza da Operação: Imune



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara da Comarca de Apodi
BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

Processo nº: 0800584-65.2018.8.20.5112

CHECK-LIST INICIAL DE PROCESSO

Em análise inicial do presente feito foram constatados pela Secretaria Judiciária os requisitos necessários abaixo descritos, sendo assinalado(s) com 'X' a(s) irregularidade(s) encontrada(s), se existente(s):

[OK] Pagamento de custas processuais (FDJ e/ou FRMP) ou Pedido de Gratuidade Judiciária, acompanhado de declaração de hipossuficiência ou outro documento hábil;

[OK] Endereço completo da parte requerida;

[OK] Documentos pessoais da parte autora/exequente;

[OK] Instrumento procuratório em favor do(a) subscritor(a) da inicial;

[OK] Assinatura do autor no instrumento procuratório;

[OK] Valor da causa;

[OK] Valor da causa considerando o proveito econômico;

[OK] Comprovante de residência;

[OK] Em caso de Seguro DPVAT, Comprovante da negativa no acionamento prévio da seara administrativa, considerando os precedentes recentes do Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral (RE 839314, RE 938348, RE 938340 e RE 826890).

Em caso de ALVARÁ JUDICIAL:

[NA] declaração de inexistência de bens a inventariar, nos moldes definidos no Decreto nº. 85.845, de 26 de março de 1981;

[NA] Certidão de inexistência de dependentes habilitados perante a previdência social;

[NA] Declaração na inicial/autos de que inexistem outros herdeiros necessários

Nas EXECUÇÕES FISCAIS:

[NA] Certidão de dívida ativa de todos os débitos cobrados

Apodi/RN, 8 de agosto de 2018

MADSON VINICIUS FIGUEIREDO LOPES

Servidor(a)

*NA: Não se Aplica



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara da Comarca de Apodi
BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

Processo nº 0800584-65.2018.8.20.5112

AUTOR: NINA ROSA CUNHA LIMA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro a gratuidade judiciária em favor da parte autora.

Da análise da inicial, verifica-se de logo a necessidade de prova pericial, motivo pelo qual, diante da regularidade anual da realização do Mutirão DPVAT, a perícia deverá ser realizada no referido mutirão, ficando autorizada a inclusão deste processo na lista, tão logo seja feita a citação.

Nesse ínterim, inicialmente deixo de marcar audiência prévia de conciliação, prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista a sua realização por ocasião do Mutirão DPVAT, que tem obtido bastante sucesso na resolução amigável dos processos.

Dito isto, proceda-se da seguinte forma:

- a)** Cite-se a parte requerida para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial.
- b)** Havendo questões preliminares, reconvenção e/ou alegação de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito autoral, ouça-se a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias.
- c)** Em seguida, inclua-se o feito para conciliação no Mutirão DPVAT, ocasião em que também será realizada a perícia.
- d)** Após, retornem os autos conclusos, nos termos do art. 352 e 353 do CPC.

Providências necessária a carga da Secretaria Judiciária.

Cumpra-se.

Apodi/RN, 15 de agosto de 2018.

TATHIANA FREITAS DE PAIVA MACEDO

Juíza de Direito Substituta



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara da Comarca de Apodi
BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

CARTA DE CITAÇÃO

Ao(À)

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Rua Senador Dantas, - de 58 ao fim - lado par, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

De ordem do Exmo(a). Sr(a). Dr(a). TATHIANA FREITAS DE PAIVA MACEDO, MM Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Comarca de Apodi, na forma da lei.

Manda, pela presente, extraída dos autos do processo infra-identificado, na conformidade do despacho no final transcrito e da petição inicial, cuja cópia segue em anexo, CITAR essa seguradora, por seu representante legal, para, querendo, contestar a ação no prazo de quinze (15) dias.

ADVERTÊNCIA: Caso não seja contestada a ação, serão tidos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (art. 285 do CPC).

OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 225, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, utilizando o código xxxxxxxxxx, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.

Ressalte-se que este processo tramita em maio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a junta de de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 1,5 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Processo: 0800584-65.2018.8.20.5112

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Autor: AUTOR: NINA ROSA CUNHA LIMA

Réu: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO/DECISÃO: "[em anexo]."

APODI/RN, 15 de agosto de 2018.

LACY LUCENA BARRA
Auxiliar Técnico
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

<p>2ª Vara da Comarca de Apodi BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000</p> <p>Processo: 0800584-65.2018.8.20.5112</p>	<p>2ª Vara da Comarca c BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APC</p> <p>Processo: 0800584-65.20</p>
<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Rua Senador Dantas, - de 58 ao fim - lado par, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205</p>	<p>Destinatário:</p> <p>SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS I Rua Senador Dantas, - de 58 ao fim - lado par, C CEP: 20031-205</p>

EM ANEXO.

ROCHA, MARINHO
E SALES
ADVOCADOS

ANASTACIO MARINHO
CAIO CESAR ROCHA
DEBORAH SALES
TIAGO ASFOR ROCHA
WILSON SALES BELCHIOR
AMAURY GOMES
ANA AMÉLIA RAMOS
ANA CAROLINNE DA SILVA
ANA JULIA SILVA
ANDRESSA FRANÇA
BÁRBARA ROCHA
BRENO PESSOA
CARLA LIMA
CAROLINA BEZERRA
CHIARA PIMENTA

CLÁUDIA ARRUDA
CRISTIANA FREITAS
CRISTIANE CARVALHO
DANIELLE LUCENA
DAVID ROCHA
EDUARDO FERREI
ÉLIDA LIMA MARTINS
ELORA FERNANDES
EMANUELLA PONTES
ÉRIKA NÓBREGA
EVELINE LIMA
FABIOLA FEIJÓ
FABIOLA FREITAS
FLÁVIA LINS
GLAUBER NUNES

HUGO MELO
ÍCARO REBOUÇAS
ILANA LIMA
JANIELLE SEVERO
JOÃO PIMENTEL
JULIANA MIRANDA
JÚLIO CABRAL
JUSSARA MAFRA
KAMILA CARVALHO
LARISSA MAIA
LARISSA SILVEIRA
LARISSA RODRIGUES
LAYLA MILENA
LEONARDO CAPISTRANO
LIANE OLIVEIRA

LUCAS ASFOR
LUCAS CAVALCANTE
MAGDA MADEIRA
MANOEL BURGOS
MARCELE ALENCAR
MÁRCIO MACIEL
MÁRCIO MOITINHO
MARCUS FREITAS
MARIELE BRAGANTE
MAYRA REGUEIRA
MIGUEL CORDEIRO
NATASHE MESQUITA
NATHALIA BARROS
NATHALIA RODRIGUES
NATHALY SOUZA

PATRICIA SANTOS
PAULO LUCENA
PEDRO CAMINHA
RAFAEL NOGUEIRA
RENAN REBOUÇAS
RENATO ARRUDA
ROBERTA PORTELA
RUAN CASTRO PAIVA
TATHIANNE LUIZ
VANESSA FREIRE
VÂNIA COSTA
WILTON GALVÃO

CONSULTOR:
MIN. PAULO GALLOTTI

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE APODI - RN**

PROCESSO Nº 0800584-65.2018.8.20.5112

REQUERENTE: NINA ROSA CUNHA LIMA

REQUERIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, empresa seguradora com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar - Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04;, neste ato representada por seus advogados infra signatários, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT** proposta por **NINA ROSA CUNHA LIMA**, em trâmite perante este d. Juízo, vem, com o devido respeito e acatamento, à presença de V. Exa., com fulcro nos artigos 335 e seguintes do Código de Processo Civil, apresentar **CONTESTAÇÃO**, consoante as razões de fato e de direito a seguir delineadas.

I - DAS INTIMAÇÕES

Inicialmente, requer que sejam as publicações e intimações alusivas ao presente feito realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do advogado **WILSON SALES BELCHIOR**, inscrito na OAB/RN sob o nº 768-A, SOB PENA DE NULIDADE.

www.rochamarinho.adv.br

II - DOS FATOS

Alega a Autora, em sua peça exordial, que, no dia 15 de agosto de 2016, sofreu acidente de trânsito do qual resultou diversas lesões em seu corpo.

Conforme disposto na própria inicial, a Ré efetuou o depósito da devida indenização no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), tão logo a Autora solicitou administrativamente.

Ocorre que, segundo as alegações autorais, do suposto acidente resultou debilidade permanente superior àquela constatada pela Ré, razão pela qual a Autora faria jus à indenização securitária de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), restando, portanto, um montante de R\$ 12.656,25 (doze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), devidamente corrigido, a ser pago pelo Consórcio DPVAT.

A despeito dos fatos alegados pela Autora, não há que se falar em devida complementação a ser realizada pela Ré, uma vez que, conforme restará fartamente demonstrado a seguir, o valor da indenização auferido e pago pela Ré está em total conformidade com o disposto na súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça e com a Lei 11.945/2009.

III - DO MÉRITO

III.1 - DO ÔNUS DA PROVA QUANTO AO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DA AUTORA - INTELIGÊNCIA DO ART. 373, I, DO CPC.

Cumpre destacar que quando ocorre um acidente de trânsito, a relação jurídica que nasce, qual seja, o direito do segurado ou beneficiário em receber a indenização e a obrigação da seguradora em pagar a indenização está amparada por lei específica, que estabelece um direito e uma obrigação que configuram uma relação própria, específica, afastando-se, assim, a natureza de relação de consumo.

Quando o segurado ou beneficiário se dirige a uma seguradora a fim de receber eventual indenização decorrente de acidente de trânsito, não está adquirindo um produto ou serviço, mas sim exercitando um direito regulado previsto na Lei 6.194/74. Do mesmo modo, quando as seguradoras pagam esse tipo de indenização não estão prestando um serviço, mas sim, cumprindo uma obrigação decorrente de lei.

Assim, cabe à Autora produzir provas dos atos constitutivos de seu direito, o que não ocorreu, uma vez que a documentação médica juntada pela Autora não demonstra nenhum dano superior àquele já pago pela Seguradora, quando era ônus da mesma tal comprovação, devendo ser aplicado no presente caso o art. 373, I, do CPC, *in verbis*:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

Neste sentido, a Ré pede vênia para trazer à colação julgado que entende pela NÃO APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, aos feitos propostos visando à cobrança da indenização securitária, conforme abaixo:

*"Agravado de instrumento. Seguro DPVAT. Decisão agravada que inverteu o ônus da prova. **Ausência de relação de consumo. O ônus probatório não pode ser transferido àquele que, por força legal e não contratual, tem o dever de efetuar o pagamento.** A lei 6.194/74, em seu artigo 5º, estabelece que o pagamento da indenização será feito mediante a prova do acidente e do dano, o que está ao alcance da vítima e seus beneficiários. Provimento do recurso, na forma do art. 557, §1º-A, CPC. A presente hipótese." (Agravado de instrumento nº 0007302-27.2013.8.19.0000 - Des. Helena Cândida Lisboa Gaede - julgamento: 26/02/2013 - 18ª Câmara Cível - TJRJ.)*

Outrossim, vale destacar que a Autora cuida apenas de tecer meras alegações infundadas na peça vestibular, sem sequer juntar ao processo elementos que comprovem suas indagações ou os fatos que fundamentam seu pedido, em total desrespeito ao artigo supracitado.

Veja, Exa., os fatos mencionados na inicial, entretanto, não podem limitar-se a simples alegações, mas, ao contrário, devem ser comprovados, para que possam ser levados em conta pelo juiz na sua decisão.

A perícia médica realizada pela Ré é precedida, em qualquer circunstância, de criteriosa análise quantitativa e qualitativa da

invalidadez acometida pela Autora, à luz dos critérios de proporcionalidade estabelecidos pela tabela estatuída pela Medida Provisória nº 451/08, posteriormente convertida em Lei, a qual, *in casu*, constatou perda completa da mobilidade de um tornozelo da Autora em grau leve (25%), o que equivale ao valor já pago.

Com efeito, considerando a aplicabilidade da tabela apontada em conformidade com o dano alegado pela Autora, bem como o fato da inexistência nos autos de comprovação de dano em nível superior ao valor pago pela Ré, percebe-se que não há que se falar em majoração do quantum devido, o que dá ensejo à improcedência do pleito inicial.

Ora, Exa., como pode a Autora requerer complementação do valor recebido administrativamente quando as provas trazidas aos autos não demonstram sequelas em grau superior ao já indenizado?

Nesse sentido, segue julgado proferido por este Egrégio Tribunal cuja ementa tem o seguinte teor:

EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO REALIZADO NA VIA ADMINISTRATIVA. INVALIDEZ INCONTROVERSA. APLICABILIDADE DAS RESOLUÇÕES DO CNSP. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ ADMITIDA. CONSOLIDAÇÃO NO ENTENDIMENTO PELO STJ. SENTENÇA REFORMADA. 1 - A quitação dada pelo beneficiário é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, quando o pagamento tiver sido feito a menor. ... 4 - A reiteração de julgados nesse sentido culminou na edição da súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça, cuja redação determina: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". 5 - Considerando a aplicabilidade da tabela que trata da graduação da indenização em consonância com o grau da lesão sofrida pelo requerente, e, ainda, a inexistência nos autos de comprovação de dano em patamar superior ao quantificado pela seguradora, não há falar em majoração do quantum devido ou de pagamento na totalidade. 6 - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJCE processo nº 0106990-29.2007.08.06.0001 Rel. DES. WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO 3ª CC julgamento em 22 de maio de 2013)

Isto posto, percebe-se que a Autora não juntou as provas com que pretendia demonstrar a verdade dos fatos alegados, denotando-se a ausência de documento obrigatório, conforme art. 5º, §5º, da Lei 6.194/74, uma vez que a apresentação de laudo pericial fornecido pelo Instituto Médico Legal é indispensável para a comprovação dos fatos alegados pela Autora.

Sendo assim, não pode, em momento algum, a Autora alegar que o simples pedido de produção de prova pericial supre a necessidade de apresentar documentos imprescindíveis para comprovar o fato constitutivo do direito alegado, bem como a veracidade do mesmo, devendo o ônus da prova ser suportado por ela.

Em razão do exposto, à luz do princípio *actori incumbit probatio*, resta evidenciada que a Autora não logrou êxito em provar de maneira contundente os fatos alegados na exordial, o que é seu dever e, portanto, não cabe à Ré fazê-lo em seu lugar, o que enseja a improcedência do pleito ante a absoluta carência de suporte probatório.

III.2 - DA OBRIGATORIEDADE DE LAUDO PERICIAL E DA NECESSIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE.

Cumprido destacar que a Lei 6.194/74, alterada pela Lei 11.482/2007, em seu art. 5º, § 5º, prevê, dentre os documentos que obrigatoriamente devem constar para fins de requerimento de indenização por danos decorrentes de acidente com veículo automotor, **laudo médico fornecido pelo Instituto Médico Legal.**

Tal obrigatoriedade tem como intuito dificultar requerimentos fraudulentos ao seguro DPVAT, uma vez que a realização de Laudo por peritos pertencentes a órgão especializado teria o condão de dificultar tal prática. Este também é o entendimento dos Tribunais Pátrios a respeito da matéria acima:

Tipo do Recurso: RECURSO INOMINADO / Nº do Recurso: 04557/2011 / Origem: 11. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CAPITAL / Processo Originário: 03051/2010 / Relator: JUIZ - RAIMUNDO NONATO DE SOUZA BRAID FILHO / Relator do Acórdão: JUIZ - RAIMUNDO NONATO DE SOUZA BRAID FILHO / Órgão Julgador 2a. TURMA RECURSAL / Data de Julgamento: 12/9/2011.

Ementa: RECURSO INOMINADO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). LEI 11.945/09. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. A LEI 11.945/2009, EXIGE ALÉM DA PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR, A VERIFICAÇÃO DE SUA GRADUAÇÃO PARA FINS DE QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO À INCAPACIDADE DO AUTOR. A COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL, É RESPONSABILIDADE DA PARTE AUTORA. OBRIGATORIEDADE LEGAL DE REALIZAÇÃO DE EXAME PELO DML DA CIDADE DA PARTE RECORRENTE OU DO LOCAL MAIS PRÓXIMO, EM CASO DE INEXISTÊNCIA. EXEGESE DO 5º, § 5º, DA LEI 6.194/74. ADOÇÃO DO ENTENDIMENTO DO STJ, DE QUE A ELABORAÇÃO DO LAUDO PERICIAL É OBRIGATORIAMENTE PELO DML -

DEPARTAMENTO MÉDICO LEGAL. NO CASO CONCRETO, NÃO TENDO O AUTOR COMPROVADO O FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, QUAL SEJA, SUA EFETIVA INCAPACIDADE PERMANENTE E O GRAU DESSA SUA INCAPACIDADE, ÔNUS QUE LHE COMPETIA (CPC, ART. 333, I), NÃO FAZ JUS A PERCEPÇÃO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. RECURSO IMPROVIDO.

Ementa: SEGURO - DPVAT - LAUDO DO IML - DOCUMENTO NECESSÁRIO - PRINCÍPIO DE PROVA - INEXISTÊNCIA - PERÍCIA-NECESSIDADE - AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO, GRAU DE INCAPACIDADE E CARÁTER DEFINITIVO - COMPLEMENTAÇÃO DE EXAME DE CORPO DE DELITO - ÔNUS DA PROVA - AUTOR.

Tratando-se de pleito relativo a indenização oriunda de seguro DPVAT, mostra-se imprescindível, nos casos de invalidez permanente, o laudo pericial, expedido pelo Instituto Médico Legal, indicando intensidade das lesões sofridas pela vítima. Se necessário, deverá ser realizado exame pericial complementar para afirmar a invalidez, sua extensão e o grau de incapacidade do acidentado, para comprovação das lesões. Mostrando-se necessária a prova pericial, e pretendendo o autor amparar suas alegações tão somente em prova documental, imprestável à comprovação da invalidez, o improvimento do recurso é medida que se impõe. (TJMG: 104330722281440011 MG 1.0433.07.222814-4/001(1) / Relator(a):ROGÉRIO MEDEIROS)

Desse modo, resta claro que o laudo expedido pelo Instituto Médico Legal **É IMPRESCINDÍVEL** para a comprovação da invalidez permanente e para a aplicação dos critérios de proporcionalidade necessários para a fixação do quantum indenizatório.

No caso em apreço, os documentos médicos juntados pela Autora não são suficientes para constatar a invalidez permanente, tampouco comprovam que os ferimentos decorreram de acidente com veículo automotor.

Ante o exposto, somente a realização de perícia médica **realizada por perito oficial do IML** e a expedição de laudo médico pericial pormenorizado, que atenda às especificações impostas pela legislação competente, poderá confirmar o acerto do cálculo efetuado quando da apuração do valor a ser pago à Autora administrativamente.

EM SUMA, AO PERITO COMPETIRÁ APURAR O GRAU DA INVALIDEZ PERMANENTE DA AUTORA E APLICAR O LIMITE INDENIZATÓRIO NOS TERMOS PREVISTO NA LEI 6.194/74, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA SÚMULA 474 DO STJ.

Isto posto, requer-se o INDEFERIMENTO da inicial em razão da ausência de documento obrigatório, conforme art. 5º, §5, da Lei 6.194/74, uma vez que a apresentação de laudo pericial fornecido

pelo Instituto Médico Legal é indispensável para a comprovação dos fatos alegados pela Autora.

III.3 - DA ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO EFETUADO PELA VIA ADMINISTRATIVA AO DISPOSTO NA LEI 11.945/2009.

Faz-se mister destacar que a indenização devida pelo Convênio DPVAT, em consonância com o disposto no art. 3º da Lei 6.194/74, §1º, II, da Lei 6194/74, foi adimplida pelo Convênio DPVAT ainda em âmbito administrativo no montante de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, valor este que está em total consonância com a súmula 474 do STJ, segundo a qual a indenização paga pelo seguro DPVAT deverá ser proporcional ao grau da invalidez. Tal fato demonstra a impropriedade desta Ação.

Cumprido destacar que o seguro DPVAT vem sendo alvo de diversas fraudes que objetivam lucrar ilicitamente com o recebimento do valor das indenizações, razão pela qual a legislação pátria e a própria jurisprudência vêm destacando a necessidade de comprovação expressa dos fatos alegados pelos requerentes, o que, no caso em apreço, somente poderia ser realizado mediante laudo do Instituto Médico Legal, conforme fartamente demonstrado alhures.

De fato, a realização de pagamento pela via administrativa é precedida, em qualquer circunstância, de criteriosa análise quantitativa e qualitativa da invalidez acometida pela Autora, à luz dos critérios de proporcionalidade estabelecidos pela tabela estatuída pela Medida Provisória nº. 451/08, posteriormente convertida em Lei, a qual, *in casu*, foi enquadrada no percentual de 25% que corresponde a perda completa da mobilidade de um tornozelo e conclusivamente fixada por perícia médica em grau leve (25%), o que equivale ao valor já pago.

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001

AGÊNCIA: 1769-8

CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:

29/03/2017

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

843,75

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: NINA ROSA CUNHA LIMA

BANCO: 001

AGÊNCIA: 00892-3

CONTA: 000000006090-9

Nr. da Autenticação F373874CBB9E3DD6

Resta claro, nesse sentido, que a Seguradora Líder agiu em estrita consonância com o disposto na Súmula 474 do STJ, atendendo aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da dignidade da pessoa humana, ao avaliar o grau de invalidez da Autora, evitando, assim, tanto o enriquecimento ilícito quanto qualquer dano que pudesse ser causado pelo pagamento em desconformidade da indenização.

Deve-se ter em mente que o valor pleiteado pela Autora, qual seja, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) corresponde a 100% do valor máximo pago a título de indenização por MORTE, o que equivale, segundo a tabela expressa no art. 3º da Lei 6.194/74, aos casos de perda anatômica e/ou funcional completa de AMBOS OS MEMBROS INFERIORES!

Não resta dúvida, portanto, que não há razoabilidade no pedido realizado pela Autora a este Juízo, tendo em vista que os danos físicos que sofreu não se equivalem aos casos em que é devida indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), como pleiteia.

O valor pago administrativamente pela Ré está em total conformidade com o disposto no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, bem como com a súmula 474 do STJ e com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Com efeito, não haveria sentido útil na letra da lei sobre a indicação da quantificação das lesões e percentuais da tabela para fins de DPVAT, se este seguro houvesse, sempre, de ser pago pelo valor integral, independentemente da extensão da lesão e de grau de invalidez.

Insta ressaltar que o artigo 3º, II da citada Lei, afirma que a indenização por invalidez permanente será paga no valor de **ATÉ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), demonstrando a variação da indenização a ser paga, conforme a quantificação da lesão sofrida.**

Nesse sentido julgou o Rel. Min. Luis Felipe Salomão no REsp 1.250.912-RS (2011/0094215-1), publicado no DJ 12/09/2011, vejamos:

RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. OBSERVÂNCIA DO ART. 3º, 'b', DA LEI 6.194/74.

Com efeito, de acordo com a redação vigente à época dos fatos, art. 3º, 'b', da Lei n.º 6.194/74, em caso de invalidez permanente, o valor da indenização, a título de seguro obrigatório - DPVAT, deve corresponder a até 40 (quarenta) vezes o maior salário mínimo vigente no País à época da liquidação do sinistro. A utilização, pelo legislador, do termo 'até' no referido inciso corrobora o entendimento sobre a necessidade de se aferir o grau de invalidez, ante o sentido de gradação em direção ao valor máximo, que traz insito a referida expressão, e ante o entendimento de que a lei não contém palavras inúteis."

Ademais, cumpre destacar que a Autora aceitou de pleno acordo o valor que lhe foi pago administrativamente pela Ré, tendo firmado acordo que deu quitação plena à Ré no que concerne ao sinistro objeto da presente lide.

Desse modo, em nome da segurança jurídica, tendo em vista que a Autora recebeu sem ressalvas a indenização que lhe foi administrativamente paga, não há direito que lhe assista, uma vez que a Ré resta desobrigada de qualquer obrigação de complementação da reparação efetuada.

Nesse sentido, vale destacar o teor do parágrafo único do artigo 320 do Código Civil: *Ainda sem os requisitos estabelecidos*

neste artigo, valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.

Sem dúvida, ante a quitação efetuada, não há mais relação jurídica alguma entre as partes, razão pela qual resta comprovada na lei, na doutrina e na jurisprudência a improcedência da presente demanda.

Diante do exposto, não há qualquer razão para a presente ação, tendo em vista que o valor pago administrativamente está completamente alinhado com o que preceitua a legislação vigente, a jurisprudência dominante e, não menos importante, com base nos princípios norteadores da razoabilidade e proporcionalidade, portanto, o pleito autoral deve ser julgado **TOTALMENTE IMPROCEDENTE.**

III.4 - DO VALOR INDENIZÁVEL - UTILIZAÇÃO DA TABELA DA LEI 11.945/2009 E APLICAÇÃO DA REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE.

Cabe ressaltar, Excelência, que o sinistro *in casu* ocorreu sob a vigência da Lei 11.945/2009, a qual veio estabelecer a necessidade de gradação da invalidez para aplicação proporcional da indenização devida pelo seguro DPVAT, de acordo a tabela trazida pelo dispositivo legal supracitado.

De acordo com a nova regulamentação, a invalidez permanente está dividida em invalidez permanente total ou parcial, sendo que a parcial pode ser completa ou incompleta. Para a apuração da indenização a ser paga é preciso aplicar os percentuais da tabela instituída para esse fim pela Lei nº 11.945/2009 (MP nº 451/2008).

Neste sentido, para melhor compreensão do *quantum* indenizatório devido, vejamos a transcrição do art. 31 da Lei nº 11.945/09, incisos I e II:

Art.31 Os arts. 3o e 5o da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do

percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Em consonância com o texto supracitado, segue tabela anexa à referida Lei:

Para os casos de invalidez parcial incompleta se aplicarão os percentuais abaixo aos valores previstos para cada uma das hipóteses de invalidez parcial completa:

- 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão;
- 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Deste modo, Excelência, verifica-se que o valor referente à "perda completa da mobilidade de um tornozelo" seria no importe de R\$ 3.375,00 (25% do valor máximo), sendo devido 25% deste valor, pois se refere à "repercussão leve", totalizando o montante indenizatório pago pela seguradora no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), o qual resta devidamente demonstrado e CORRETO.

Cumpre esclarecer que as alterações introduzidas pela Lei 11.945/2009 implicam na fixação de indenização conforme o GRAU DE INVALIDEZ além da REPERCUSSÃO DAS LESÕES, isto é, reduzidas em 75% (setenta e cinco por cento) se a invalidez for incompleta com perdas de repercussão intensa, e em 50% (cinquenta por cento), 25% (vinte e cinco por cento) e 10% (dez por cento) se a perda for média, leve ou residual, respectivamente, nos termos do art. 3º, §1º, II, da Lei.

Válido ressaltar que o STF já pacificou o entendimento acerca da aplicação e necessidade da utilização da referida tabela,

conforme decisão em controle concentrado de constitucionalidade nas ADI 4627/DF e ADI 4350/DF¹:

"No que diz com a suposta inconstitucionalidade das regras legais que criaram tabela para o cálculo do montante devido a título de indenização, cuidar-se-ia de medida que não afrontaria o ordenamento jurídico. Ao revés, tratar-se-ia de preceito que concretizaria o princípio da proporcionalidade, a permitir que os valores fossem pagos em razão da gravidade da lesão ao acidentado. Além do mais, não haveria, no caso, violação aos princípios da dignidade da pessoa humana e da vedação do retrocesso social. (GRIFAMOS)."

O Superior Tribunal de Justiça, na RECLAMAÇÃO 10.093-MA e na RECLAMAÇÃO 18.795 - MG, confirmou o entendimento de aplicação da proporcionalidade em caso de invalidez permanente, bem como considerou válida a UTILIZAÇÃO DA TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT ao grau da invalidez, de acordo com o enunciado da Súmula 474/STJ, bem como no sentido de ser "válida a utilização da tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial".

Destarte, a aplicação da tabela de cálculo da indenização em caso de invalidez permanente é medida que se impõe aos casos em que reste comprovada a invalidez permanente parcial da vítima, nos termos da Lei 11.945/2009 e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

Em análise, verifica-se que NÃO HOUVE perícia médica realizada pela Autora.

De acordo com a Lei 11.945/2009, o Instituto Médico Legal (IML) deve fornecer laudo pericial para verificar a existência e quantificar as lesões sofridas pela Autora em até 90 (noventa) dias, senão vejamos:

§5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

¹ Disponível em
<<http://www.stf.jus.br//arquivo/informativo/documento/informativo764.htm#Seguro%20DPVAT%20e%20Leis%2011.482/2007%20e%2011.945/2009%20-%201>> Acesso em 10 nov. 2014.

Ora, Excelência, a Autora pleiteia complementação ao valor pago sem mesmo ter realizado laudo pericial, o qual deveria ter sido feito pelo IML à época do sinistro, evitando tal incontroversa sobre o importe.

Por fim, Doutor Julgador, ressalta-se, mais uma vez, a publicação da SÚMULA 474 PELO STJ, que veio a determinar que "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez", a qual, rendendo homenagens aos Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade, avalizou o pagamento do Seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez sofrido pela Autora, concluindo pela inexistência de qualquer lógica de comércio ou prejuízo ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

III.5 - IMPUGNAÇÃO AO BOLETIM DE Ocorrência COLACIONADO AOS AUTOS DA UNILATERALIDADE E DA AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL.

É imperioso destacar que a Autora não apresentou qualquer documento que comprove a veracidade dos fatos alegados na peça exordial. Pelo contrário, a Autora se limitou a apresentar o boletim de ocorrência.

Destaca-se que, no Boletim de Ocorrência, a Autora tão somente narrou o fato que teria acontecido, não lhe sendo exigido qualquer meio de prova capaz comprovar a efetiva ocorrência do sinistro e, tampouco, de estabelecer o nexo causal entre o acidente e o dano que alega ter sofrido.

O que se observa é que a Autora apenas lançou informações para a autoridade policial, sem que houvesse a devida e correta averiguação do relato, com o fito de dar às alegações a veracidade exigida. Desta maneira, o Boletim de Ocorrência em nada tem valor, pois o que se percebe são apenas alegações infundadas e superficiais, dispostas de maneira estratégica para requerimento de indenização.

De início, cumpre ressaltar que o B.O. apresentado pela Autora não cumpre o objetivo de "fazer prova da ocorrência e do dano recorrente", tal como exigido pelo artigo 5º da Lei 6.194/74.

Com efeito, a simplicidade das alegações ali constantes, que se resumem a assentar meras alegações da Autora, não podem ser utilizadas como meio de prova, porquanto qualquer acidente de trânsito, tenha ele ocorrido em qualquer época, exige mais do que um simples registro para recebimento de seguro, devendo haver, em verdade, concreta investigação para apurar a efetiva ocorrência do acidente.

A peça emitida pelo policial, com efeito, apenas retrata que o comunicante esteve na delegacia informando a ocorrência do alegado acidente de trânsito. **É DOCUMENTO UNILATERAL POR EXCELENCIA.**

O artigo 405 do Código de Processo Civil determina que "***o documento público faz prova não só de sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o tabelião ou o funcionário declarar que ocorreram em sua presença***".

Ora, o acidente narrado na certidão de registro NÃO OCORREU NA PRESENÇA DO ESCRIVÃO nem do policial que lavrou o tal registro, pelo que é lícito concluir que **O DOCUMENTO POLICIAL JUNTADO AOS AUTOS NÃO FAZ PROVA DOS FATOS, PORTANTO, NÃO CUMPRE O EXIGIDO EM LEI.** Nesse sentido tem sido a melhor jurisprudência:

Processo: REsp 264508 / MT ; RECURSO ESPECIAL

2000/0062611-2 Relator(a): Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO (1108) Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA Data do Julgamento: 30/05/2001 Data da Publicação/Fonte: DJ 20.08.2001 p. 460 LEXSTJ vol. 147 p. 179 RT vol. 796 p. 223

Ementa

Responsabilidade civil. Acidente de trânsito. Sentença proferida pela filha do Relator. Prova. Boletim de ocorrência. Súmula nº 07 da Corte.

1. Não há na disciplina positiva vedação a que seja o recurso julgado pelo pai do Juiz que proferiu a sentença, não cabendo tal interpretação aos artigos 135, 136 e 137 do Código de Processo Civil, o segundo modificado pelo art. 128 da LOMAN.

2. Já decidiu a Corte que o Boletim de Ocorrência "não gera presunção iuris tantum da veracidade dos fatos narrados, uma vez que apenas consigna as declarações unilaterais narradas pelo interessado, sem atestar que tais informações sejam verdadeiras".

3. Não cabe no especial o reexame da prova produzida (Súmula nº 07 da Corte).

4. Recurso especial não conhecido.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da

Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso especial. Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Antônio de Pádua Ribeiro e Ari Pargendler votaram com o Sr. Ministro Relator.

No mesmo sentido:

Processo: RESp 439760 / ES ; RECURSO ESPECIAL

2002/0066502-6 Relator(a): Ministro BARROS MONTEIRO (1089) Órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA Data do Julgamento : 20/08/2002 Data da Publicação/Fonte: DJ 18.11.2002 p. 229

Ementa

RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE ELIDIDA ATRAVÉS DE OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. RECURSO ESPECIAL INADMISSÍVEL.

- Não é admissível admitir-se valor probante a um determinado documento (B.O.), que não vem corroborado pelos demais elementos de prova coligidos nos autos.

- Pretensão dos recorrentes, em última análise, de revolver o conjunto probatório. Incidência da Súmula nº 7-STJ. Recurso especial não conhecido.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas: Decide a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, na forma do relatório e notas taquigráficas precedentes que integram o presente julgado. Votaram com o Relator os Srs. Ministros Ruy Rosado de Aguiar e Aldir Passarinho Junior. Ausentes, ocasionalmente, os Srs. Ministros César Asfor Rocha e Sálvio de Figueiredo Teixeira.

BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DECLARAÇÃO UNILATERAL DA VÍTIMA. PROVA INSUFICIENTE. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. 1. O boletim de ocorrência policial advém de declaração unilateral da vítima, razão pela qual não é considerado meio hábil a comprovar a ocorrência do fato nele narrado, mormente quando desacompanhado de outros elementos probatórios. Precedente: STF, HC 83617-SP, Rel. Min. NELSON JOBIM, DJU 25.06.05. 2. Em que pese ser documento sujeito ao regime de direito público, o egrégio STJ vem decidindo que o boletim de ocorrência não gera presunção juris tantum da veracidade dos fatos nele narrados. (361134 AL 0012091-03.2003.4.05.8000, Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt, Data de Julgamento: 10/06/2008, Segunda Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 01/07/2008 - Página: 253 - Nº: 124 - Ano: 2008)

PORTANTO, AINDA QUE TAL DOCUMENTO FIZESSE PROVA DE QUE O ACIDENTE OCORREU, NÃO FARIA PROVA DE QUE A LESÃO DECORREU DO ALEGADO ACIDENTE.

A Autora apenas alega o fato em sua inicial, sem juntar ao processo elementos que comprovem suas indagações ou os fatos que fundamentam seu pedido. Os fatos alegados na inicial, entretanto, não podem limitar-se a simples alegações, mas, ao contrário, devem ser comprovados, para que possam ser levados em conta pelo juiz na sua decisão.

Conclui-se, portanto, que o Boletim de Ocorrência que se encontra nos autos confirma apenas que a Autora prestou as declarações ali contidas, porém não comprova que o acidente automobilístico de fato ocorreu, tampouco que as lesões da vítima decorreram do acidente alegado, havendo claro rompimento do nexo causal.

Dessa forma, à luz do princípio *actori incumbit probatio*, resta evidenciada que a Autora não logrou êxito em provar de maneira contundente a ocorrência do acidente. Sendo assim, requer seja a presente demanda declarada **IMPROCEDENTE**, extinguindo-se o processo com resolução do mérito, ante a absoluta carência de suporte probatório.

III.6 - DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA.

O seguro DPVAT materializa-se por meio de um contrato, de imposição legal, mas sempre um contrato. E sendo, como é, um contrato de seguro, não foge à índole eminentemente indenizatória que o caracteriza, nos exatos termos dos arts. 757 e 781 do Código Civil, de vez que o interesse legítimo do segurado não pode ser superior aos seus reais prejuízos e a indenização não pode ultrapassar o valor desse interesse, sob pena de incorrer em enriquecimento sem causa.

A responsabilidade que daí decorre, para ambas as partes (a bilateralidade também é da essência do contrato de seguro), é CONTRATUAL, e não extracontratual. Não se aplica, dessa forma, *in casu*, a Súmula 54 do STJ, segundo a qual "os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual".

Tendo em vista que a seguradora efetuou o pagamento da indenização devida ainda na via administrativa, ainda que este d. Juízo entenda por julgar procedente o pedido de complementação da indenização, o que se admite tão somente a título argumentativo, não há que se falar em inadimplência contratual, não podendo a Ré, portanto, ser sancionada com juros de mora.

Desta feita, não tendo a seguradora praticado qualquer ilicitude, caso seja condenada a complementar a indenização já paga, o que se admite apenas por apego ao debate, não são os juros moratórios devidos, cabendo contar-se a incidência dos mesmos, quando muito, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, conforme disposição expressa do art. 405 do Código Civil e súmula 426 do STJ:

Súmula 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

Acerca da CORREÇÃO MONETÁRIA, espera a Ré que seja observada a DATA DO EVENTO DANOSO como termo inicial para a sua incidência, face o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, a teor da Súmula nº 580 dessa Corte:

Súmula 580/STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso."

Assim, verifica-se que em caso de uma eventual condenação, a correção deve incidir a partir do evento danoso, nos moldes do que estabelece a Súmula nº 580 do STJ, não havendo que se falar em juros de mora.

III.7 - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Tendo em vista o baixo grau de complexidade do feito, sua natureza, o local onde tramita e a celeridade da demanda, em caso de condenação, o que se admite apenas por argumentar, requer sejam fixados os honorários advocatícios no mínimo legal de 10%, conforme dispõe o artigo 85 do CPC.

Contudo, se isto não ocorrer, sendo a Autora beneficiária de assistência judiciária gratuita se requer que seja respeitado o limite de 15% estabelecido pelo art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, que determina:

"Art. 11 - Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciários serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§1º - Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz **até o máximo de 15%(quinze por cento)** sobre o líquido apurado na execução da sentença." (grifo nosso)

Nesse sentido, já se pronunciou nossa jurisprudência:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO - 1. Apontando a parte embargante que houve condenação em honorários fora dos limites do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50, dele não cuidando o Acórdão recorrido, impõe-se a integração, ainda mais considerando a divergência jurisprudencial que existe sobre o ponto. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ - REsp - 297716 - MG - 3ª T. - Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito - DJU 01.10.2001 - p. 00211)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - AJG - VERBA ADVOCATÍCIA FIXADA EM PERCENTUAL QUE EXCEDE À LIMITAÇÃO DA LEI 1.060/50 - PREQUESTIONAMENTO - Equívoco na fixação dos honorários de advogado em 20% do valor da condenação. Afronta ao art. 11, § 1º da Lei 1.060/50. Limitação ao percentual de 15% que se impõe. Ausência de omissão substancial na apreciação da controvérsia jurídica central, segundo estabelece o art. 535, II do CPC. (TJRS - EDcl 70005256284 - 9ª C.Cív. - Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino - J. 27.11.2002)

Assim, requer que, havendo condenação ao pagamento de honorários advocatícios, que seja arbitrada no mínimo legal (10%) e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

IV - DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL JUDICIAL.

Ademais, caso este douto magistrado não entenda pela desconsideração do suposto direito da Autora, o que se afirma apenas a título de argumentação, a Ré requer que V. Exa. **determine a realização de perícia judicial**, com o fito de averiguar se há incapacidade permanente e a sua repercussão, o qual demonstrará ao final que não há motivo para a presente ação.

Por oportuno, a Ré aproveita o ensejo para, de logo, apresentar os quesitos a serem respondidos pelo perito a ser designado. *Verbis*:

1 - Queira o Sr. Perito informar se existe nexo de causalidade entre as referidas lesões e o acidente relatado na petição inicial;

2 - A Autora possui alguma patologia que determine sua invalidez em caráter definitivo?

3 - Em caso positivo do item acima, a Autora em decorrência de tal patologia foi submetido a tratamento médico capaz de minimizar ou sanar a debilidade?

4 - Confirmado se realmente a Autora possui debilidade permanente, tal debilidade entende-se como TOTAL (corpo inteiro) ou PARCIAL (limitada a um membro ou função)?

5 - Caso seja confirmado a debilidade da Autora como PARCIAL, tal debilidade é COMPLETA (inutilização do membro) ou INCOMPLETA (limitação funcional ou anatômica do membro)?

6 - Conforme o que versa a legislação, através do art. 3º, §1º, II da Lei 6.194/74, qual o grau da repercussão da debilidade da Autora?

Lei 6.194/74 - Art. 3º, §1º, II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

V - DOS PEDIDOS

EX POSITIS, requer-se que este d. Julgador se digne a:

I- **JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTE A AÇÃO**, extinguindo o processo sem julgamento do mérito, em consonância com o disposto no art. 485, I e VI, do CPC/2015, **INDEFERINDO** a inicial, em razão da ausência de documento obrigatório e absoluta carência de suporte

probatório, conforme art. 5º, §5, da Lei 6.194/74, uma vez que a apresentação de laudo pericial fornecido pelo Instituto Médico Legal é indispensável para a comprovação dos fatos alegados na exordial;

- II- **JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTE A AÇÃO**, tendo em vista que o valor pago administrativamente a título de indenização por invalidez está de total acordo com o disposto no art. 3º da Lei 6.194/74, não havendo qualquer determinação legal que justifique a complementação do valor da indenização securitária, tal fato ensejaria tão somente no enriquecimento sem causa da Autora;
- III- Subsidiariamente, caso este d. Juízo entenda ser devida a complementação do valor já pago administrativamente, o que, *concessa vênia*, se admite tão somente a título argumentativo, uma vez que tal medida não possui amparo na legislação pátria, requer-se que seja valorado o *quantum* a ser pago com especial atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como ao disposto na Súmula 474 do STJ, tendo em vista que o valor pretendido pela Autora é devido em casos de invalidez permanente inegavelmente mais graves que o caso em análise;
- IV- Requer-se, ainda, o **INDEFERIMENTO** do pedido de justiça gratuita, tendo em vista que a Autora optou por promover a presente ação com amparo de advogado particular quando poderia ter procurado a Defensoria Pública, o que destoa do comportamento de quem alega não possuir condições de arcar com custas processuais sem comprometer o seu próprio sustento. Se isto não ocorrer, requer seja a verba honorária fixada no mínimo legal e, ainda mantendo

entendimento contrário a este, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação;

V- Requer no caso de eventual condenação que a correção deve incidir a partir da data do evento danoso, nos moldes da Súmula 580/STJ, e juros de mora a partir da citação.

VI- Sem prejuízo do ônus da prova, que é da Autora (art. 373, inciso I, do CPC), a Ré protesta pela produção de todos os meios de prova em Direito admitidos, notadamente prova pericial, juntada de novos documentos e principalmente pela oitiva de testemunhas em audiência, se acaso necessários ao deslinde da contenda (art. 369 do CPC);

Por fim, reitera o pedido de que todas as publicações dos atos processuais posteriores sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do advogado **WILSON SALES BELCHIOR**, inscrito na **OAB/RN sob o número 768-A**, sob pena de nulidade.

Os documentos que instruem a presente contestação são declarados pelos causídicos/signatários da Demandada como autênticos, tratando-se de cópias fidedignas dos respectivos originais, o que declaram sob as penas da lei e calcados no artigo 219 do Código Civil de 2002 e no artigo 424 (primeira parte) do CPC.

Termos em que espera deferimento.

Fortaleza/CE, 06 de setembro de 2018.

WILSON BELCHIOR

OAB/RN 768-A



SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 488, DE 1º DE AGOSTO DE 2016

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003 e na Portaria da Casa Civil da Presidência da República nº 192, de 29 de fevereiro de 2016, e em conformidade com o art. 11 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 448 (quatrocentos e quarenta e oito) Certificados do Tesouro Nacional - CTN, no montante de R\$ 1.484.349,17 (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro, trezentos e quarenta e nove reais e dezessete centavos), observando-se as seguintes características:

Anexo	Data de Emissão	Data de Vencimento	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Valor (R\$)
CTN	01/07/1998	01/07/2018	91	3.545,82	322.642,58
CTN	01/08/1998	01/08/2018	293	3.518,06	1.040.791,38
CTN	01/08/2003	01/08/2023	17	1.036,63	17.622,71
CTN	01/08/2003	01/08/2020	47	2.410,48	112.697,56
TOTAL			448		1.484.349,17

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FRANCO MEDEIROS DE MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE
SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 32, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos processos Susep 15414.001508/2016-14 e 15414.001509/2016-51, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PAN SEGUROS S.A., CNPJ n. 33.245.762/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária, realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores;
- II - Mudança do endereço da sede social para: Avenida Paulista, 1.374, 11º andar, Bela Vista, CEP 01310-100, São Paulo - SP; e
- III - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 33, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001541/2016-36, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de COTIENTIAL SEGURADORA S.A., CNPJ n. 11.699.534/0001-74, com sede na cidade de Belo Horizonte - BH, na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2016:

- I - Alteração do endereço da sede para Avenida Raja Gabaglia, 1.143, 18º, 19º e 20º andares, Luxemburgo, Belo Horizonte - MG; e
- II - Alteração do artigo 3º e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 34, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001271/2016-63, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 17 de março de 2016:

- I - Eleição dos membros do conselho de administração e fiscal;
- II - Mudança da denominação social para SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.; e
- III - Alteração do artigo 1º do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 35, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001300/2016-97, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012016080400031

Art.1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ n. 61.198.164/0001-60, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores; e
- II - Alteração dos artigos 7º e 10 do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

PORTARIA Nº 40, DE 2 DE AGOSTO DE 2016

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.001514/2016-63, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ n. 58.768.284/0001-40, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2016:

- I - Eleição de administradores; e
- II - Alteração dos artigos 7º e 10 do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 236, DE 3 DE AGOSTO DE 2016

Altera a Portaria nº 528, de 13 de setembro de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º A ementa da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários em saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e em irrigação, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, para efeito do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011." (NR)

Art. 2º O art. 1º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º As pessoas jurídicas de direito privado, estabelecidas sob a forma de Sociedade de Propósito Específico - SPE, que possuam projetos de investimento ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e de irrigação devem requerer a aprovação do Ministério da Integração para implementação de projetos considerados como prioritários para fins de obtenção do benefício previsto no § 2º do art. 4º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.

Parágrafo único. São passíveis de enquadramento no caput os projetos de investimento nas áreas de infraestrutura ou produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação aprovados pelo Ministério da Integração Nacional, que visem à implantação, ampliação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização, entre outros, dos setores de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica e de irrigação." (NR)

Art. 3º O art. 3º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º"

X - declaração emitida pela SPE de que seus titulares não tenham transferido, em desacordo com as normas vigentes, o controle acionário de empresa titular de projeto em implantação, modernização, ampliação ou diversificação que seja beneficiado com recursos dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste, ou dos Fundos de Investimentos Regionais;

XI - declaração emitida pela SPE que certifique que os titulares daquela sociedade não estejam em débito, ainda que em caráter não financeiro, com o Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, o Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR, o Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo - FUNRES, as Superintendências de Desenvolvimento Regional (SUDAM, SUDENE e SUDECO) ou com os agentes operadores dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste ou do Nordeste, sob pena de cancelamento da concessão de prioridade e restituição dos benefícios recebidos à Receita Federal do Brasil, sem prejuízo de acréscimos de multas e juros, calculados em conformidade com a legislação;

"....." (NR)

Art. 4º O art. 4º da Portaria nº 528, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º"

I - em se tratando de projetos enquadrados no setor de saneamento básico associado à infraestrutura hídrica, à Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH; e

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Operações, **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, portador da cédula de identidade RG nº 06.766.244-5 IFP, inscrito no CPF 912.422.907-53, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, Drs. **ANASTÁCIO JORGE MATOS DE SOUSA MARINHO**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 8.502, **DEBORAH SALES BELCHIOR**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/CE sob o nº 9.687, **CAIO CESAR VIEIRA ROCHA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 15.095, **TIAGO ASFOR ROCHA LIMA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/CE sob o nº 16.386, **WILSON SALES BELCHIOR**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/CE sob o nº 17.314; **INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA ROCHA MARINHO E SALES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, inscrita na OAB/CE sob o nº 277, com escritório situado na Av. Desembargador Moreira, 760, 6º andar, Salas 601 a 614, Ed. Centurion, Meireles, CEP: 60.170-000, Fortaleza/CE, Fones: (85) 3208-8700 e Fax: (85) 3208-8703, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente; bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e**

Preocupada com o meio ambiente a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.

qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.606/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016.


MARCELO DAVOLI LOPES


CLAUDIO MENDES LADEIRA

17º Ofício de Notas
na CAPITAL

Tubelli, Carlos Alberto Firme Oliveira
Rua do Carmo, 51 - Centro - Rio de Janeiro, RJ - Tel: 2507-5880

000674
AC567729

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de MARCELO DAVOLI LOPES e CLAUDIO MENDES LADEIRA (RG0000030052) Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016. Cont. por Serventia TJ-FUNDOS Total

Em testemunho da verdade

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EBOS-10710 PJO, EBOS-10711 BPO
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente Autorizado

CARTÓRIO DO
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente Autorizado

17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente Autorizado

Cartificas e do original que foi
Rio de Janeiro, 17 de maio de 2016.

Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut.
EBOS-10710 PJO, EBOS-10711 BPO
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

17º OFÍCIO DE NOTAS RJ
Bruno Rodrigo Belem Gaspar
Escrevente Autorizado

000674
AC567729





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, é por seu Diretor de Relações Institucionais, JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; THEREZINHA COIMBRA FRANÇA, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde

R. Senador Dantas 74, 5º andar
Centro - Rio de Janeiro - CEP 20031-205
Tel 21 3061-4600
www.seguradoralider.com.br



Seguradora Líder - DPVAT

OUTORGANTE figura, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

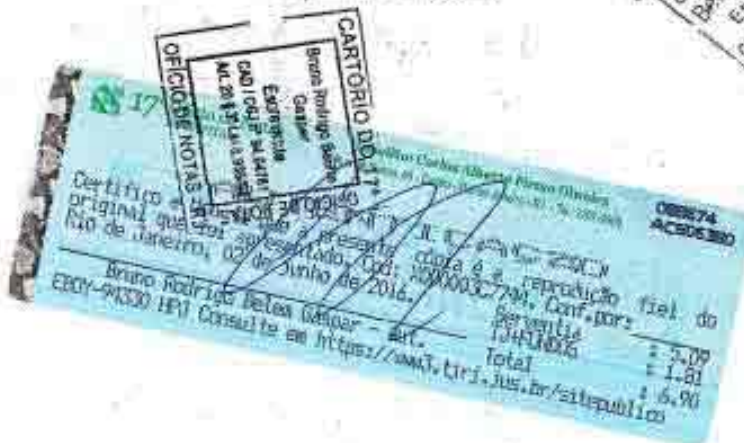
Rio de Janeiro, 06 de junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 53 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9900
Reconheço por semelhança as firmas de MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON (XXXXXXX071AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por
Em testemunho da verdade. Serventia
36% TITULARES
Total
Bruno Rodrigo Belen Gaspar - Aut.
EBO4-29273 INK, EBO4-29274 GUP
Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

APÓSTOFA DO 1
Bruno Rodrigo
Belen Gaspar
Escritório
CNPJ nº 09.248.608/0001-04
17º OFÍCIO DE NOTAS - P



Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.

ento: 18090615152688600000030695768

17º Ofício de Notas
UNICORIN

Certifico e dou fe que
original que foi
Rto de Janeiro, 02 de Junho de 2016.

Brno Rodrigo Belen Gaspar - Adv.
Edu-94527 OAB Consulte em <https://www.tjrn.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
Brno Rodrigo Belen
Tribunal Superior do Rio
Grande do Sul - RS - 91.201-600

OFÍCIO DE NOTAS
Brno Oliveira
A 026574
A 026577

COMPANHIA
de Execução
de Obras e Serviços
de Engenharia e
Construção Civil
S/A - CENCOB
CNPJ nº 08.947.444/0001-90
R. Santa Helena, 100 - Jd. Santa Helena
- Curitiba - PR - 81.280-000

Reprodução : 3,09
Impressão : 1,81
Total : 6,90

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6

CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro de 2015, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 14 de setembro de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Rosaria Techima Salsano, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Roberto Barroso e Valeria Camacho Martins Schmitke. Presentes ainda os conselheiros Antonio Carlos de Oliveira Carneiro, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Jorge Carvalho e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, Carlos André Guerra Barreiros, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações e Diretor de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faori.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Retratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade: (i) Reeleger **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade nº: 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS**, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade nº: 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, secretário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº. 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade nº. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2015 até o dia 11 de outubro de 2016, permanecendo no cargo até a investidura dos seus sucessores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 1 de 1



Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inhabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução nº 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Retificar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) Carlos André Guerra Barreiros: diretor responsável pelas relações com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12), e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria Executiva ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2015

MESA DE TRABALHO:


Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente


André Leal Paoro
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas

Página 2 de 3

17º Ofício de Notas
 Diocésia

Para o Censo, 17º Ofício de Notas
 Tabelião: Carlos Alberto de Almeida
 17º Ofício de Notas

Cartório 0017º
 Wilson Sales Belchior
 Tabelião

Certifico e dou fé/que a presente
 original que foi fornecido a
 Rio de Janeiro, 02 de Junho de 2016.

Bruno Rodrigo Belen Gaspard - Aut.
 EX01-94333 UNO Consulte em: <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

Reprodução fiel do
 17º Ofício de Notas
 17º Ofício de Notas
 17º Ofício de Notas

000674
 AL506333

Total : 6.90
 : 1.81
 : 5.09



Rosana Techima Salsano
Conselheira Vice-Presidente



Bernardo Dieckmann
Conselheiro



Celso Damadi
Conselheiro


Francisco Alves de Souza
Conselheiro

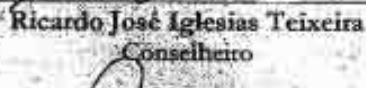

Hélio Hiroshi Kinoshita
Conselheiro


Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro



João Gilberto Possiede
Conselheiro


Jorge de Souza Andrade
Conselheiro

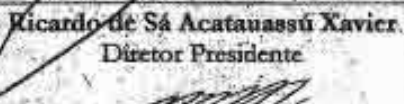

Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro



Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Roberto Barroso
Conselheiro


Valéria Camacho Martins Schmitke
Conselheira


Assinatura dos Eleitos:


Ricardo de Sá Acatauassu Xavier
Diretor Presidente


Carlos André Guerra Barreiros
Diretor


Marcelo Davoli Lopes
Diretor


Claudio Mendes Ladeira
Diretor


Marcus Vinicius Canaldo de Felipe
Diretor

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 22 de setembro de 2015 às 16:00 horas
Página 3 de 3

17 Ofício de Nomeação

Destino: a da fe que a presença original que foi apresentado, para Rto de Janeiro, 02 de junho de 2016.

CARTÓRIO DO 17
 Ofício de Nomeação
 Bruno Rodrigo Belchior
 Cartel
 2017/01/15/04/15

DECRETO
 2017/01/15/04/15

Declaro que a presente foi a original que foi apresentado, para Rto de Janeiro, 02 de junho de 2016.

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: WILSON SALES BELCHIOR

https://pje.trj.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18090615152688600000030695768

Número do documento: 18090615152688600000030695768

entretenha um benefício no socorro. AD-23. Foi passada ao Colégio de Armas, para a guarda, a ordem de entrega do material de guerra ao quartel, a saber: de munições dos tipos: 100 tiros, 200 tiros, 400 tiros, 600 tiros, 800 tiros, 1000 tiros, 1200 tiros, 1400 tiros, 1600 tiros, 1800 tiros, 2000 tiros, 2200 tiros, 2400 tiros, 2600 tiros, 2800 tiros, 3000 tiros, 3200 tiros, 3400 tiros, 3600 tiros, 3800 tiros, 4000 tiros, 4200 tiros, 4400 tiros, 4600 tiros, 4800 tiros, 5000 tiros, 5200 tiros, 5400 tiros, 5600 tiros, 5800 tiros, 6000 tiros, 6200 tiros, 6400 tiros, 6600 tiros, 6800 tiros, 7000 tiros, 7200 tiros, 7400 tiros, 7600 tiros, 7800 tiros, 8000 tiros, 8200 tiros, 8400 tiros, 8600 tiros, 8800 tiros, 9000 tiros, 9200 tiros, 9400 tiros, 9600 tiros, 9800 tiros, 10000 tiros, 10200 tiros, 10400 tiros, 10600 tiros, 10800 tiros, 11000 tiros, 11200 tiros, 11400 tiros, 11600 tiros, 11800 tiros, 12000 tiros, 12200 tiros, 12400 tiros, 12600 tiros, 12800 tiros, 13000 tiros, 13200 tiros, 13400 tiros, 13600 tiros, 13800 tiros, 14000 tiros, 14200 tiros, 14400 tiros, 14600 tiros, 14800 tiros, 15000 tiros, 15200 tiros, 15400 tiros, 15600 tiros, 15800 tiros, 16000 tiros, 16200 tiros, 16400 tiros, 16600 tiros, 16800 tiros, 17000 tiros, 17200 tiros, 17400 tiros, 17600 tiros, 17800 tiros, 18000 tiros, 18200 tiros, 18400 tiros, 18600 tiros, 18800 tiros, 19000 tiros, 19200 tiros, 19400 tiros, 19600 tiros, 19800 tiros, 20000 tiros, 20200 tiros, 20400 tiros, 20600 tiros, 20800 tiros, 21000 tiros, 21200 tiros, 21400 tiros, 21600 tiros, 21800 tiros, 22000 tiros, 22200 tiros, 22400 tiros, 22600 tiros, 22800 tiros, 23000 tiros, 23200 tiros, 23400 tiros, 23600 tiros, 23800 tiros, 24000 tiros, 24200 tiros, 24400 tiros, 24600 tiros, 24800 tiros, 25000 tiros, 25200 tiros, 25400 tiros, 25600 tiros, 25800 tiros, 26000 tiros, 26200 tiros, 26400 tiros, 26600 tiros, 26800 tiros, 27000 tiros, 27200 tiros, 27400 tiros, 27600 tiros, 27800 tiros, 28000 tiros, 28200 tiros, 28400 tiros, 28600 tiros, 28800 tiros, 29000 tiros, 29200 tiros, 29400 tiros, 29600 tiros, 29800 tiros, 30000 tiros, 30200 tiros, 30400 tiros, 30600 tiros, 30800 tiros, 31000 tiros, 31200 tiros, 31400 tiros, 31600 tiros, 31800 tiros, 32000 tiros, 32200 tiros, 32400 tiros, 32600 tiros, 32800 tiros, 33000 tiros, 33200 tiros, 33400 tiros, 33600 tiros, 33800 tiros, 34000 tiros, 34200 tiros, 34400 tiros, 34600 tiros, 34800 tiros, 35000 tiros, 35200 tiros, 35400 tiros, 35600 tiros, 35800 tiros, 36000 tiros, 36200 tiros, 36400 tiros, 36600 tiros, 36800 tiros, 37000 tiros, 37200 tiros, 37400 tiros, 37600 tiros, 37800 tiros, 38000 tiros, 38200 tiros, 38400 tiros, 38600 tiros, 38800 tiros, 39000 tiros, 39200 tiros, 39400 tiros, 39600 tiros, 39800 tiros, 40000 tiros, 40200 tiros, 40400 tiros, 40600 tiros, 40800 tiros, 41000 tiros, 41200 tiros, 41400 tiros, 41600 tiros, 41800 tiros, 42000 tiros, 42200 tiros, 42400 tiros, 42600 tiros, 42800 tiros, 43000 tiros, 43200 tiros, 43400 tiros, 43600 tiros, 43800 tiros, 44000 tiros, 44200 tiros, 44400 tiros, 44600 tiros, 44800 tiros, 45000 tiros, 45200 tiros, 45400 tiros, 45600 tiros, 45800 tiros, 46000 tiros, 46200 tiros, 46400 tiros, 46600 tiros, 46800 tiros, 47000 tiros, 47200 tiros, 47400 tiros, 47600 tiros, 47800 tiros, 48000 tiros, 48200 tiros, 48400 tiros, 48600 tiros, 48800 tiros, 49000 tiros, 49200 tiros, 49400 tiros, 49600 tiros, 49800 tiros, 50000 tiros, 50200 tiros, 50400 tiros, 50600 tiros, 50800 tiros, 51000 tiros, 51200 tiros, 51400 tiros, 51600 tiros, 51800 tiros, 52000 tiros, 52200 tiros, 52400 tiros, 52600 tiros, 52800 tiros, 53000 tiros, 53200 tiros, 53400 tiros, 53600 tiros, 53800 tiros, 54000 tiros, 54200 tiros, 54400 tiros, 54600 tiros, 54800 tiros, 55000 tiros, 55200 tiros, 55400 tiros, 55600 tiros, 55800 tiros, 56000 tiros, 56200 tiros, 56400 tiros, 56600 tiros, 56800 tiros, 57000 tiros, 57200 tiros, 57400 tiros, 57600 tiros, 57800 tiros, 58000 tiros, 58200 tiros, 58400 tiros, 58600 tiros, 58800 tiros, 59000 tiros, 59200 tiros, 59400 tiros, 59600 tiros, 59800 tiros, 60000 tiros, 60200 tiros, 60400 tiros, 60600 tiros, 60800 tiros, 61000 tiros, 61200 tiros, 61400 tiros, 61600 tiros, 61800 tiros, 62000 tiros, 62200 tiros, 62400 tiros, 62600 tiros, 62800 tiros, 63000 tiros, 63200 tiros, 63400 tiros, 63600 tiros, 63800 tiros, 64000 tiros, 64200 tiros, 64400 tiros, 64600 tiros, 64800 tiros, 65000 tiros, 65200 tiros, 65400 tiros, 65600 tiros, 65800 tiros, 66000 tiros, 66200 tiros, 66400 tiros, 66600 tiros, 66800 tiros, 67000 tiros, 67200 tiros, 67400 tiros, 67600 tiros, 67800 tiros, 68000 tiros, 68200 tiros, 68400 tiros, 68600 tiros, 68800 tiros, 69000 tiros, 69200 tiros, 69400 tiros, 69600 tiros, 69800 tiros, 70000 tiros, 70200 tiros, 70400 tiros, 70600 tiros, 70800 tiros, 71000 tiros, 71200 tiros, 71400 tiros, 71600 tiros, 71800 tiros, 72000 tiros, 72200 tiros, 72400 tiros, 72600 tiros, 72800 tiros, 73000 tiros, 73200 tiros, 73400 tiros, 73600 tiros, 73800 tiros, 74000 tiros, 74200 tiros, 74400 tiros, 74600 tiros, 74800 tiros, 75000 tiros, 75200 tiros, 75400 tiros, 75600 tiros, 75800 tiros, 76000 tiros, 76200 tiros, 76400 tiros, 76600 tiros, 76800 tiros, 77000 tiros, 77200 tiros, 77400 tiros, 77600 tiros, 77800 tiros, 78000 tiros, 78200 tiros, 78400 tiros, 78600 tiros, 78800 tiros, 79000 tiros, 79200 tiros, 79400 tiros, 79600 tiros, 79800 tiros, 80000 tiros, 80200 tiros, 80400 tiros, 80600 tiros, 80800 tiros, 81000 tiros, 81200 tiros, 81400 tiros, 81600 tiros, 81800 tiros, 82000 tiros, 82200 tiros, 82400 tiros, 82600 tiros, 82800 tiros, 83000 tiros, 83200 tiros, 83400 tiros, 83600 tiros, 83800 tiros, 84000 tiros, 84200 tiros, 84400 tiros, 84600 tiros, 84800 tiros, 85000 tiros, 85200 tiros, 85400 tiros, 85600 tiros, 85800 tiros, 86000 tiros, 86200 tiros, 86400 tiros, 86600 tiros, 86800 tiros, 87000 tiros, 87200 tiros, 87400 tiros, 87600 tiros, 87800 tiros, 88000 tiros, 88200 tiros, 88400 tiros, 88600 tiros, 88800 tiros, 89000 tiros, 89200 tiros, 89400 tiros, 89600 tiros, 89800 tiros, 90000 tiros, 90200 tiros, 90400 tiros, 90600 tiros, 90800 tiros, 91000 tiros, 91200 tiros, 91400 tiros, 91600 tiros, 91800 tiros, 92000 tiros, 92200 tiros, 92400 tiros, 92600 tiros, 92800 tiros, 93000 tiros, 93200 tiros, 93400 tiros, 93600 tiros, 93800 tiros, 94000 tiros, 94200 tiros, 94400 tiros, 94600 tiros, 94800 tiros, 95000 tiros, 95200 tiros, 95400 tiros, 95600 tiros, 95800 tiros, 96000 tiros, 96200 tiros, 96400 tiros, 96600 tiros, 96800 tiros, 97000 tiros, 97200 tiros, 97400 tiros, 97600 tiros, 97800 tiros, 98000 tiros, 98200 tiros, 98400 tiros, 98600 tiros, 98800 tiros, 99000 tiros, 99200 tiros, 99400 tiros, 99600 tiros, 99800 tiros, 100000 tiros, 100200 tiros, 100400 tiros, 100600 tiros, 100800 tiros, 101000 tiros, 101200 tiros, 101400 tiros, 101600 tiros, 101800 tiros, 102000 tiros,

[illegible]

SEMPRE EM LUGAR DE SEUS COLABORADORES
[PO] 5020139 DPMV LAC
CPF Nº 03.244.450-00-04 - INSC. Nº 312.028.078

OS DOUTORES ASSINARAM: OTÁVIO ORRIGUEIRA E
TERECINHO VASCONCELOS REALIZADOS EM 22 DE MARÇO DE 2015, HOJE,
TERÇA-FEIRA, ÀS 14H30, NA CIDADE DE SÃO CARLOS, CONTRA A FALSA
SOLICITAÇÃO DE REGISTRO Nº 01, DO SÍNDICO (AUTUÁRIO) CARLOS CACIARI DE SOUZA
E DO SÍNDICO (AUTUÁRIO) CARLOS CACIARI DE SOUZA, PARA A
EDITAL DO JORNALISMO DO PULSAR NA "CIDADE DO RIO DE JANEIRO" DO
JORNAL, EM 2015, DO DIA 18, 19 E 20 DE MARÇO DE 2015,
PÁGINAS 102, 103 E 104, E 105, E 106, E 107, E 108, E 109, E 110,
E 111, E 112, E 113, E 114, E 115, E 116, E 117, E 118, E 119, E 120,
E 121, E 122, E 123, E 124, E 125, E 126, E 127, E 128, E 129, E 130,
E 131, E 132, E 133, E 134, E 135, E 136, E 137, E 138, E 139, E 140,
E 141, E 142, E 143, E 144, E 145, E 146, E 147, E 148, E 149, E 150,
E 151, E 152, E 153, E 154, E 155, E 156, E 157, E 158, E 159, E 160,
E 161, E 162, E 163, E 164, E 165, E 166, E 167, E 168, E 169, E 170,
E 171, E 172, E 173, E 174, E 175, E 176, E 177, E 178, E 179, E 180,
E 181, E 182, E 183, E 184, E 185, E 186, E 187, E 188, E 189, E 190,
E 191, E 192, E 193, E 194, E 195, E 196, E 197, E 198, E 199, E 200,
E 201, E 202, E 203, E 204, E 205, E 206, E 207, E 208, E 209, E 210,
E 211, E 212, E 213, E 214, E 215, E 216, E 217, E 218, E 219, E 220,
E 221, E 222, E 223, E 224, E 225, E 226, E 227, E 228, E 229, E 230,
E 231, E 232, E 233, E 234, E 235, E 236, E 237, E 238, E 239, E 240,
E 241, E 242, E 243, E 244, E 245, E 246, E 247, E 248, E 249, E 250,
E 251, E 252, E 253, E 254, E 255, E 256, E 257, E 258, E 259, E 260,
E 261, E 262, E 263, E 264, E 265, E 266, E 267, E 268, E 269, E 270,
E 271, E 272, E 273, E 274, E 275, E 276, E 277, E 278, E 279, E 280,
E 281, E 282, E 283, E 284, E 285, E 286, E 287, E 288, E 289, E 290,
E 291, E 292, E 293, E 294, E 295, E 296, E 297, E 298, E 299, E 300,
E 301, E 302, E 303, E 304, E 305, E 306, E 307, E 308, E 309, E 310,
E 311, E 312, E 313, E 314, E 315, E 316, E 317, E 318, E 319, E 320,
E 321, E 322, E 323, E 324, E 325, E 326, E 327, E 328, E 329, E 330,
E 331, E 332, E 333, E 334, E 335, E 336, E 337, E 338, E 339, E 340,
E 341, E 342, E 343, E 344, E 345, E 346, E 347, E 348, E 349, E 350,
E 351, E 352, E 353, E 354, E 355, E 356, E 357, E 358, E 359, E 360,
E 361, E 362, E 363, E 364, E 365, E 366, E 367, E 368, E 369, E 370,
E 371, E 372, E 373, E 374, E 375, E 376, E 377, E 378, E 379, E 380,
E 381, E 382, E 383, E 384, E 385, E 386, E 387, E 388, E 389, E 390,
E 391, E 392, E 393, E 394, E 395, E 396, E 397, E 398, E 399, E 400,
E 401, E 402, E 403, E 404, E 405, E 406, E 407, E 408, E 409, E 410,
E 411, E 412, E 413, E 414, E 415, E 416, E 417, E 418, E 419, E 420,
E 421, E 422, E 423, E 424, E 425, E 426, E 427, E 428, E 429, E 430,
E 431, E 432, E 433, E 434, E 435, E 436, E 437, E 438, E 439, E 440,
E 441, E 442, E 443, E 444, E 445, E 446, E 447, E 448, E 449, E 450,
E 451, E 452, E 453, E 454, E 455, E 456, E 457, E 458, E 459, E 460,
E 461, E 462, E 463, E 464, E 465, E 466, E 467, E 468, E 469, E 470,
E 471, E 472, E 473, E 474, E 475, E 476, E 477, E 478, E 479, E 480,
E 481, E 482, E 483, E 484, E 485, E 486, E 487, E 488, E 489, E 490,
E 491, E 492, E 493, E 494, E 495, E 496, E 497, E 498, E 499, E 500,
E 501, E 502, E 503, E 504, E 505, E 506, E 507, E 508, E 509, E 510,
E 511, E 512, E 513, E 514, E 515, E 516, E 517, E 518, E 519, E 520,
E 521, E 522, E 523, E 524, E 525, E 526, E 527, E 528, E 529, E 530,
E 531, E 532, E 533, E 534, E 535, E 536, E 537, E 538, E 539, E 540,
E 541, E 542, E 543, E 544, E 545, E 546, E 547, E 548, E 549, E 550,
E 551, E 552, E 553, E 554, E 555, E 556, E 557, E 558, E 559, E 560,
E 561, E 562, E 563, E 564, E 565, E 566, E 567, E 568, E 569, E 570,
E 571, E 572, E 573, E 574, E 575, E 576, E 577, E 578, E 579, E 580,
E 581, E 582, E 583, E 584, E 585, E 586, E 587, E 588, E 589, E 590,
E 591, E 592, E 593, E 594, E 595, E 596, E 597, E 598, E 599, E 600,
E 601, E 602, E 603, E 604, E 605, E 606, E 607, E 608, E 609, E 610,
E 611, E 612, E 613, E 614, E 615, E 616, E 617, E 618, E 619, E 620,
E 621, E 622, E 623, E 624, E 625, E 626, E 627, E 628, E 629, E 630,
E 631, E 632, E 633, E 634, E 635, E 636, E 637, E 638, E 639, E 640,
E 641, E 642, E 643, E 644, E 645, E 646, E 647, E 648, E 649, E 650,
E 651, E 652, E 653, E 654, E 655, E 656, E 657, E 658, E 659, E 660,
E 661, E 662, E 663, E 664, E 665, E 666, E 667, E 668, E 669, E 670,
E 671, E 672, E 673, E 674, E 675, E 676, E 677, E 678, E 679, E 680,
E 681, E 682, E 683, E 684, E 685, E 686, E 687, E 688, E 689, E 690,
E 691, E 692, E 693, E 694, E 695, E 696, E 697, E 698, E 699, E 700,
E 701, E 702, E 703, E 704, E 705, E 706, E 707, E 708, E 709, E 710,
E 711, E 712, E 713, E 714, E 715, E 716,

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: WILSON SALES BELCHIOR
<https://pje.trj.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=18090615152688600000030695768>
 Número do documento: 18090615152688600000030695768



Ligar para o Conselho de Segurança (RPMV 314, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860

[illegible]

RESUMO: CONSIDERANDO QUE A DIFUSÃO DO USO DE COMPUTADORES EM
NÍVEL DE ESCOLA É UM FENÔMENO RECENTE, O OBJETIVO DO PRESENTE ESTUDO
FOI ANALISAR O NÍVEL DE CONHECIMENTO DE ALUNOS DO 1º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAR EM RELAÇÃO AO USO DE COMPUTADORES. PARA ISSO, FORAM
ELABORADOS 100 PERGUNTAS, DIVIDIDAS EM CINCO GRUPOS DE CINCO PERGUNTAS
CADA, COM O OBJETIVO DE AVALIAR O NÍVEL DE CONHECIMENTO DE ALUNOS DO 1º ANO
DO ENSINO FUNDAMENTAR EM RELAÇÃO AO USO DE COMPUTADORES. O RESULTADO
DO ESTUDO MOSTRA QUE A MAIORIA DOS ALUNOS DO 1º ANO DO ENSINO
FUNDAMENTAR NÃO TEM CONHECIMENTO SOBRE O USO DE COMPUTADORES.



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 16hs, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de março de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Rosana Techima Salsano e Wady José Mourão Cury. Presente ainda o conselheiro suplente Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atendeu à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição de novo membro da Diretoria Executiva da Companhia; (ii) Designação dos diretores responsáveis perante a SUSEP; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, tendo em vista que o atual diretor José Márcio Barbosa Norton atingiu a idade máxima de 66 (sessenta e seis) anos estabelecida por este Conselho como limite para o exercício do cargo de diretor da Companhia, eleger **Carlos André Guerra Barreiros**, brasileiro, casado, securitário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 832.349.187-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a SUSEP até a posse do diretor ora eleito, que dar-se-á somente quando da homologação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito terá mandato de 1 (um) ano, desta data até 25 de março de 2016, permanecendo no cargo até a investidura de novo administrador. O Diretor ora eleito declara que não está incurso em nenhum crime que o impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estar inabilitado para tanto, nos termos da lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de março de 2015 às 16hs

Página 1 de 3


contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelas relações com a SUSEP (até a posse do diretor Carlos André Guerra Barreiros, ocasião em que passará a ser exercida pelo mesmo); (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei n 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP n° 234/03 e 445/12) e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP n° 234/03 e Resolução CNSP n° 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuíram a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP n° 143/05 uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de cosseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:


Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2015.

MESA DE TRABALHO:



Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente



Bernardo Dieckmann
Conselheiro



Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro



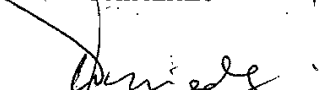
Jorge de Souza Andrade
Conselheiro



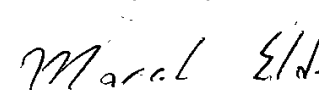
André Leal Faoro
Secretário



Celso Damadi
Conselheiro






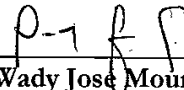
João Gilberto Possiede
Conselheiro



Marcelo Goldman
Conselheiro

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de março de 2015 às 16hs

Página 2 de 3


**Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti**
Conselheiro
Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro
Rosana Techima Salsano
Conselheira
Wady José Mourão Cury
Conselheiro

[illegible]

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 4 DE JANEIRO DE 2012, LAVRADA NA FORMA DE SUMÁRIO. Certidão Arquivada na JUCERJA em 09.01.12 sob o nº 2279674. Valéria G.M. Serra - Secretária Geral

[illegible]

CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04 - NIRE nº 33.3.0028479-5

[illegible]

[illegible]

[illegible][illegible]

CIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA, ADEQUAMENTO PSICOLÓGICO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA MENTAL, DISTÚRBIOS PSÍQUICOS E PROBLEMAS CAUSADOS PELO USO DE DROGAS, ALEM DE INFRA-ESTRUTURA GERENCIADA NO LOCAL DE INSTALAÇÃO, INCLUSIVE ALIMENTAÇÃO, SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CUIDADOS MÉDICOS. CAPITAL SOCIAL: R\$ 450.009,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL REAIS) SEDE: ESTADUO UNIAO E INDUSTRIA, N° 34.759 - POSSE - PETROPOLIS - RJ - CEP. 25.770-480 Petrópolis - RJ 02/12/2011.

HYDRATEC COMERCIO E TECNOLOGIA LTDA EPP

CONVOCAÇÃO (ART. 1.152 E 1º e 4º DO Cód. CIVIL) Neste ato fica convocado o Sr. Rute Carlos Rodrigues da Oliveira, para comparecer no dia 22/01/2012, às 14h, na 2ª Audiência, em 1ª e 2ª convocação, para prestar ciência de retirada do poder outorgado Sr. Roberto Eduardo Bastiani da Empresa Hyacotec Comercio e Transações S/A, EPP, com sede na Rua Conselheiro da Mota nº 188 Jd. - Jooia, Moinópolis, CEP nº 20.775-030, por motivo de saúde, pois o mesmo se encontra em tratamento médico. RJ, 10/01/2012. Autago Peixoto Braga - CRC RJ 011.000.77-7 CPF nº 312.146.537-72

CASTELLO INDUSTRIA E COMMERCIO S.A.

AVISO – Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social, na Avenida João Pinheiro, 80, sala 1417, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 8.404, de 25 de dezembro de 1976. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. A Diretoria

VALE

Companhia Aberta
CNPJ Nº 33.592.510/0001-5

FATO RELEVANTE. A Vale S.A. (Vale) informa que está dedicando forte maior fôlego em uma série de contratos no exterior de ferro e aço, principalmente no Brasil, em janeiro de 2012. Estamos criando um contrato com os clientes conforme os termos dos respectivos contratos. De acordo com o artigo 1º, § 4º, da Instrução CVM nº 368, este Fato Relevante encontra-se disponível na sua versão completa, em todo idioma que os investidores da CVM, no website da Vale, no seguinte endereço: www.vale.com.br. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2012. Tito Martins - Diretor Executivo de Relações com Investidores

PETROBRAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO
REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
02.709.449/0011-20

PETROLAS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO toma posse da requisa ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a Licença de Operação para operar o Quilômetro Transfronteiriço de Água Potável entre o Terreno de Cuiabá e a Estação de Ilha do Furado, possuindo aproximadamente 70 km de extensão, capacidade de transporte de cerca de 150 milhões de litros com diâmetro de 8", em 29 de Dezembro de 2011. Rodovia Anápolis/Foz de Iguaçu, km 188 - Macaé/RJ. Processo E-07152461/2011.

Id: 1240347. Por oficio

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

CNPJ: 33.000.167/0001-01
AUTORA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS

PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS toma posse do que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a OUTORGUEIRA DE DIREITO DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS OUT Nº 10/08607, em 15/05/2010, em 23 de maio de 2010, no ato, a autora, a respeito de água bruta nos 4 (quatro) pontos do Rio Caceribu com a finalidade de outros usos (contaminação e irrigação do solo) na Região Agrícola R4-1, Baía de Guanhirama, na Fazenda Massau, entre os Rios Mucacu e Caceribu, Pólo das Caxias, município de Balaia,

Midway: Big Canyon

CAPTAÇÃO: Terraplanagem COMPER; Corpo Hídrico: Rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 520,0 m³/s; Vazão média 500,0 m³/s; Tempo de captação: 16,00 min; Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 240.000,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 42,51" S e Long. 42° 51' 11,83" W; **CAPTAÇÃO:** EAP I; Corpo Hídrico: Rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 35,0 m³/s; Vazão média 30,0 m³/s; Tempo de captação: 16,00 min; Período de captação: 30 dias; Volume mensal: 14.400,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 40' 9,765" S e Long. 42° 51' 51,438" W; **CAPTAÇÃO:** EAP 2; Corpo Hídrico: Rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 35,0 m³/s; Vazão média 30,0 m³/s; Tempo: 16,00 min; Período: 30 dias; Volume mensal: 14.400,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 42' 45,321" S e Long. 42° 51' 11,831" W; **CAPTAÇÃO:** EAP 3; Corpo Hídrico: Rio Caceribu; Vazão máxima instantânea: 35,0 m³/s; Vazão média 30,0 m³/s; Tempo: 16,00 min; Período: 30 dias; Volume mensal: 14.400,00 m³; Coordenadas geográficas: Lat. 22° 41' 20,897" S e Long. 42° 51' 26,2692" W; **LAGUAMENTO:** Volume máximo diário dos dois pontos: 4 de 888,00 m³; **PROGRESSO:** 1-5,87/02/2020/2020

15 1243050

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01
NIRE nº 33300032061

*EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. - Petróleo Brasileiro S/A acionista da Companhia por seu Conselho de Administração resolveu deliberar sobre a Extraordinária em dia 27 de Janeiro de 2012, às 15 horas no auditório do Edifício-Sede da Companhia, na Avenida República de Chile 65, nº andar, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a fim de aprovar o Plano de Reestruturação e Recuperação Financeira da Companhia e os seguintes pontos: Prolongamos S.A. DRK com versão da parcela cindida na Petróleo par; (1) Refutou a contratação da APSIS Consultoria para Avaliações Ltda., pela avaliação do ativo líquido da Companhia, tendo sido aprovado o contrato de prestação de serviços de avaliação patrimonial, utilizando-se a data-base de 30 de setembro de 2011, nos termos do parágrafo 1º do art. 227 et seqüente da Lei nº 6.404, de 15.12.1960; (2) Aprovar a Laudo de Avaliação Patrimonial Liquidado da Companhia, elaborado pelo escritório contábil, para avaliação do patrimônio líquido da DRK; (3) Aprovar o Protocolo e Justificação da operação de cisão da BRK com versão das parcelas sociadas na Petróleo, em proporção dos seus participações percentuais na BRK com versão da parcela cindida na Petróleo; (4) Aumentar sua capital social, incorporação da Petróleo Química S.A. - Petroquímica na Petróleo par; (1) Refutou a contratação da APSIS Consultoria para Avaliações Ltda., pela avaliação do ativo líquido da Companhia, tendo sido aprovado o contrato de prestação de serviços de avaliação patrimonial, utilizando-se a data-base de 30 de setembro de 2011, nos termos do parágrafo 1º do art. 227 da Lei nº 6.404, de 15.12.1960.

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

CLÍNICA ESTRELLA LTOA
SOCIEDADE SIMPLES EM CONSTITUIÇÃO

RESUMO CONTRATO SOCIAL: SÓCIOS: JOÃO GUILHERME FIUSA RODRIGUES ESTRELA (CPF: 754.737.987-72), FRINCA SOUZA BRANDÃO (CPF: 594.555.917-34), JOÃO PAULO LYRA DA SILVA (CPF: 664.127.577-91) E PLÁVIO GOMES FILHO (CPF: 407.776.857-87). OBJETIVO: ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E À SAÚDE A PORTADORES DE DISTÚRBIOS PSÍQUICOS, DEFICIÊN-



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SA ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2



diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

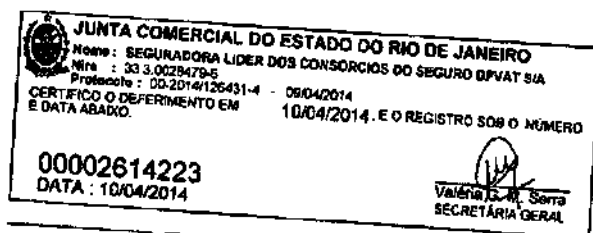
VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.


André Leal Faoro
Secretário



Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 2 de 2

03
837

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2012**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro de 2012, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de setembro de 2012.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Francisco Alves de Souza, Gustavo Pimenta Germano Santos, Hélio Hiroshi Kinoshita, João Gilberto Possiede, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Juvêncio Cavalcante Braga, Sidney Maury Sentoma, Marcelo Goldman e Marcus Vinicius Lopes Martins. Presentes ainda os conselheiros Eli Nunes de Alcantara Bezerra e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam a reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, José Márcio Barbosa Norton, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinicius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações da Companhia e Superintendente de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como **Diretor-Presidente da Companhia**; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 01.984.230-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. **Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2012 até o dia 10 de outubro de 2013, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores.** Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012

Página 1 de 2

02
01

Diretores ora eleitos declaram que não estão incursos em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2012; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor designado responsável administrativo-financeiro e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor designado responsável pelo cumprimento da lei nº 9.613/98 e diretor designado responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor designado responsável técnico e diretor designado responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente da Mesa; (ass.) André Leal Faoro - Secretário; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Gustavo Pimenta Germano Santos - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Jorge Carvalho - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Juvêncio Cavalcante Braga - Conselheiro; (ass.) Sidney Maury Sentoma - Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro; (ass.) Marcus Vinícius Lopes Martins - Conselheiro; (ass.) Ricardo de Sá Acatauassú Xavier - Diretor Presidente reeleito; (ass.) José Márcio Barbosa Norton - Diretor reeleito; (ass.) Marcelo Davoli Lopes - Diretor reeleito; (ass.) Claudio Mendes Ladeira - Diretor reeleito; (ass.) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe - Diretor reeleito.

Certifico para todos os fins admitidos em direito que esta certidão é reprodução fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012

André Leal Faoro

André Leal Faoro
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012
Página 2 de 2

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
(em organização)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
realizada em 10 de Outubro de 2007.

1. DATA, HORA E LOCAL:

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2007, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

2. PRESENÇA:

Presentes os conselheiros Srs. Casimiro Blanco Gómez, Gilberto Duarte de Abreu Filho, Idacelmo Mendes Vieira, Juvêncio Cavalcante Braga, Lauro Magno Agrizzi, Luiz Tavares Pereira Filho, Emerson Bernardes da Silva, Tadashi Komamura, Luiz Augusto Nomesso, Gustavo Pimenta Germano Santos, Miguel Junqueira Pereira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Júlio Cezar Alves de Oliveira, Luiz Eduardo Fidalgo e Mauro César Batista.

Secretário: André Leal Faoro

3. ORDEM DO DIA:

- (i) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Eleição da Diretoria da Companhia; e
- (iii) Convocação de Assembléia Geral Extraordinária para eleição de 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia, se necessário.

4. DELIBERAÇÕES TOMADAS:

- (i) Por estarem exercendo cargos equivalentes no Grupo de Trabalho de Reestruturação dos Convênios do Seguro DPVAT, foram eleitos por unanimidade os Srs. Luiz Tavares Pereira Filho para presidente e o Sr. Casimiro Blanco Gómez para vice-presidente deste Conselho de Administração;
- (ii) Foram eleitos por unanimidade os Srs. **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo SSP/IFP, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para diretor-presidente da Companhia; o Sr. **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e **REGINA MARIA RANGEL FARIAS**, brasileira, solteira, engenheira, titular do documento de identidade no. 04.834.066-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o no. 901.089.907-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para diretores da Companhia.
- (iii) Deliberou-se, por fim, por unanimidade convocar assembléia geral extraordinária, caso

exigida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para o dia 7 de Novembro de 2007, para eventual ratificação da eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrida na Assembléia realizada no dia 10 de outubro de 2007, tendo em vista a possível exigência de prévia publicação de declaração de propósito.


5. VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES


(i) Declaram os membros do Conselho de Administração abaixo assinados que estão cientes de que: Os atos aqui praticados estão condicionados à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP de sua eleição na Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. para integrar o presente Conselho de Administração, bem como à homologação pela SUSEP desta reunião.

6. ENCERRAMENTO:

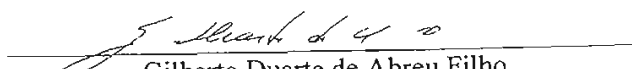
Nada a mais a ser tratado, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata.


Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007


Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente do Conselho



André Leal Faoro
Secretário


Casimiro Blanco Gómez


Gilberto Duarte de Abreu Filho


Idacelmo Mendes Vieira

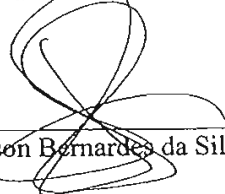

Juvêncio Cavalcante Braga


Lauro Magno Agrizzi

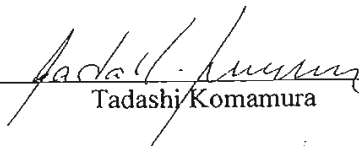
Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007



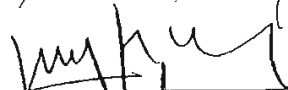
Luiz Tavares Pereira Filho



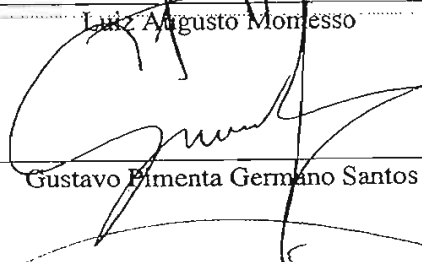
Emerson Bernardes da Silva



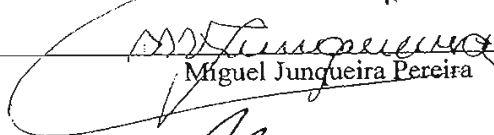
Tadashi Komamura



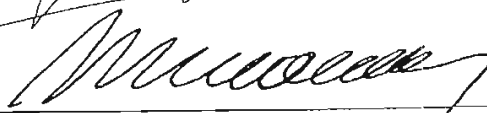
Luiz Augusto Montesso



Gustavo Pimenta Germano Santos



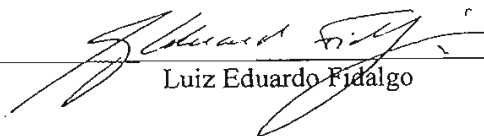
Miguel Junqueira Pereira



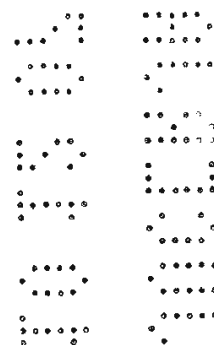
Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti



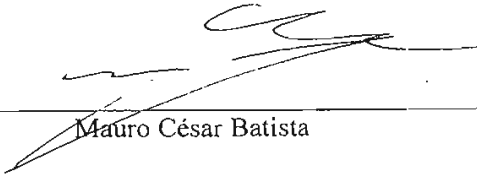
Júlio Cezar Alves de Oliveira



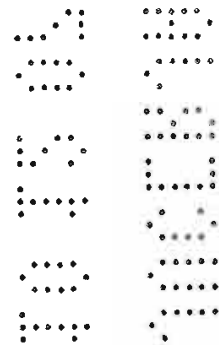
Luiz Eduardo Fidalgo



Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007



Mauro César Batista



4

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS
CATEGORIAS 3 e 4.**

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10 E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Sr. João Elisio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 e 4, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gente Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gente Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 1 de 20

**“INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 3 e 4.**

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, na qualidade de Interviente-anuente,

Considerando:

- (d) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (e) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (f) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 13 e 4 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 9 de 20

categorias 1, 2, 9 e 10, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação das demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

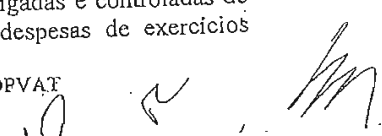
4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 10 de 20



futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.




Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

5.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convencionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "*ad negotia*" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de apenação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 11 de 20



Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, e a futura Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 12 de 20

convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrarem na época da alteração;

Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada à: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas as exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 13 de 20

responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 14 de 20

venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 3 e 4, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 3 e 4.

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª – VIGÊNCIA

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

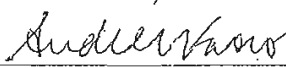
E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso. “

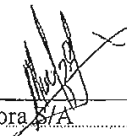
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 15 de 20


Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

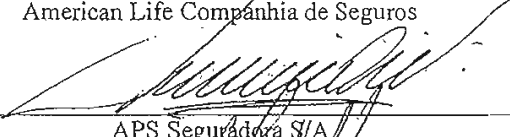
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

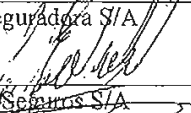

Presidente da Mesa

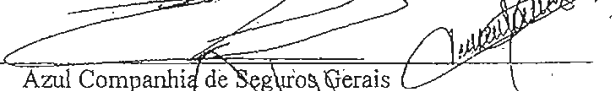

Secretário da Mesa

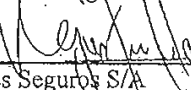

ACE Seguradora S/A

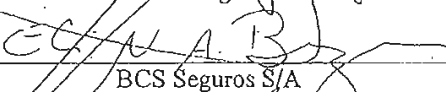

American Life Companhia de Seguros

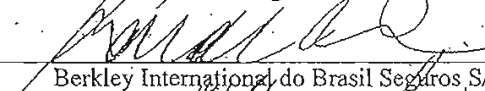

APS Seguradora S/A

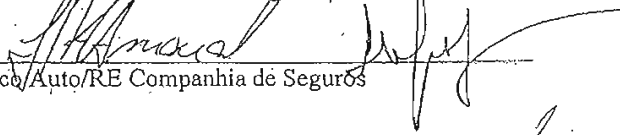

Aurea Seguros S/A


Azul Companhia de Seguros Gerais

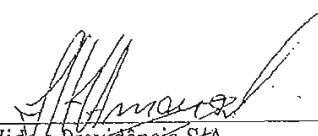

Banestes Seguros S/A

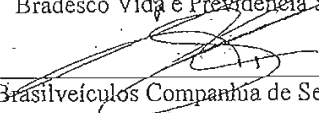

BCS Seguros S/A

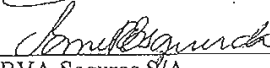

Berkley International do Brasil Seguros S/A


Bradesco/Auto/RE Companhia de Seguros


Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 16 de 20



Bradesco Vida e Previdência S/A



Brasilveículos Companhia de Seguros

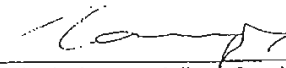

BVA Seguros S/A

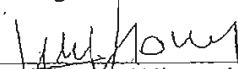
Thierry Claudon
Diretor-Presidente

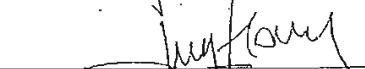

Caixa Seguradora S/A



Centauro Vida e Previdência S/A

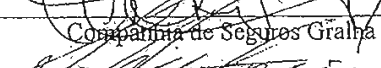

Clubb do Brasil Cia de Seguros

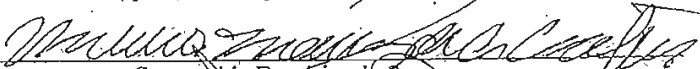

Cia de Seguros Minas Brasil



Companhia de Seguros Aliança da Bahia



Companhia de Seguros Aliança do Brasil

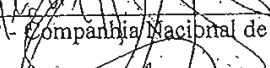

Companhia de Seguros Gralha Azul


Companhia de Seguros Previdência do Sul


Companhia Excelsior de Seguros


Companhia Mutual de Seguros


CONAPP - Companhia Nacional de Seguros


Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 17 de 20

~~CONESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Pinasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itaú Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

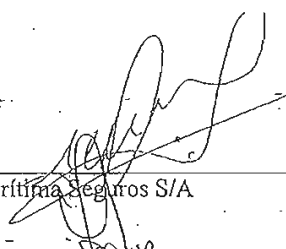
J. Malucelli Seguradora S/A


Java Nordeste Seguros S/A

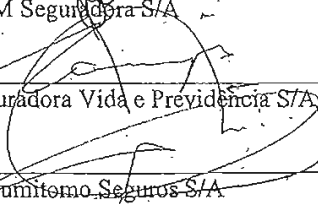
Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

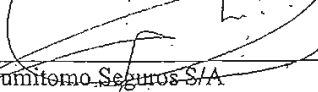
Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

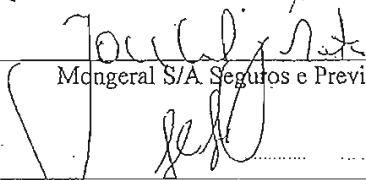
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 18 de 20

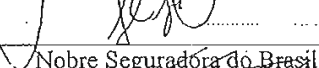

Marítima Seguros S/A



MBM Seguradora S/A


Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

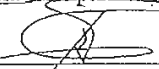

Mitsui Sumitomo Seguros S/A

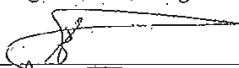

Mongeral S/A Seguros e Previdência

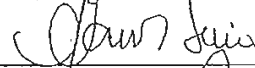

Nobre Seguradora do Brasil S/A

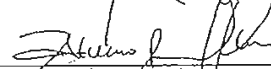

Panamericana de Seguros S/A

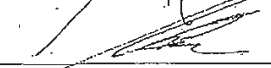

Paraná Companhia de Seguros

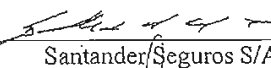

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

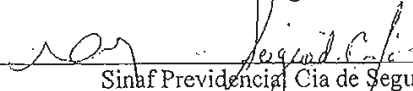

Porto Seguro Vida e Previdência S/A


PQ Seguros S/A


PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A


Safra Vida e Previdência S/A


Santander Seguros S/A


Sinaf Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 19 de 20

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: CONSORCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS
 PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA
 TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 E 4
 Registro de Consórcio - 15/01/2008
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/01/2008
 DATA ABAIXO

33.5.06022 15-9
 DATA 18/01/2008

Valéria S. M. Serra
 SECRETARIA GERAL

~~Sul America Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tokio Marine Brasil Seguradora S/A

Tokio Marine Seguradora S/A

UBF Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG Brasil Cia de Seguros

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização
 Interviente-Anuente

Testemunhas

Qualificação Ricardo de Sá Acajuvass Xavier
 RG. 03.891.764-7 (DPVAT/SSP-RJ) CPF: 728.150.557-53

Qualificação Marcelo David Lomen
 RG 19442307-2 (SSP-SA)
 CPF 132.870.908-06

VISTO DE ADVOGADO
GUSTAVO FRANCO PACHECO
 OAB/RJ 138.392
 Gustavo Franco Pacheco
 Advogado
 OAB/RJ 138.392

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
 Fl. 20 de 20

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS
CATEGORIAS 1,2, 9 e 10**

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10, E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Sr. João Elisio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gente Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gente Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

**“INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 1, 2,
9 e 10.**

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 1 de 20

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, na qualidade de Interviente-anuente,

Considerando:

- (a) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (b) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (c) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 1, 2, 9 e 10 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as categorias 3 e 4, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 2 de 20

Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

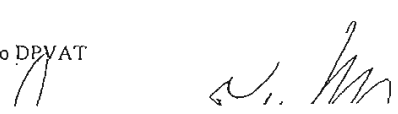
4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 3 de 20



Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convencionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "*ad negotia*" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

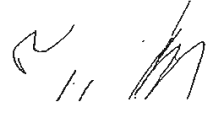

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de apenação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, e a futura

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 4 de 20



Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.


Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 5 de 20



11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrarem na época da alteração;

Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 6 de 20

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como, nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número o em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 1, 2, 9, e 10, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 1, 2, 9 e 10,

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª – VIGÊNCIA

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

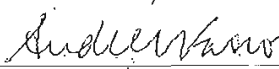
E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso.”


Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 8 de 20


Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes:

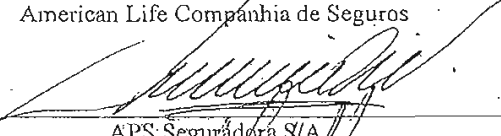
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

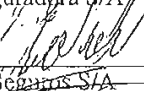

Presidente da Mesa

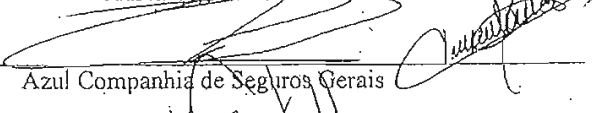

Secretário da Mesa

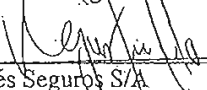

ACE Seguradora S/A

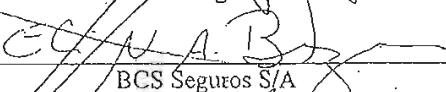

American Life Companhia de Seguros

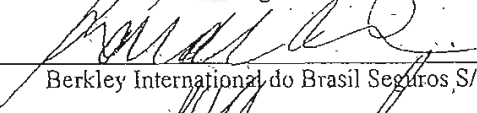

APS Seguradora S/A

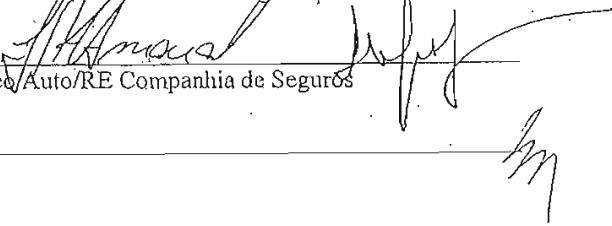

Aurea Seguros S/A


Azul Companhia de Seguros Gerais

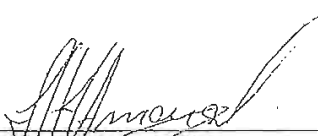

Banestes Seguros S/A

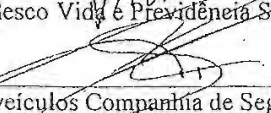

BCS Seguros S/A

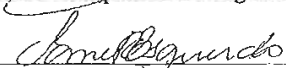

Berkley International do Brasil Seguros S/A


Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

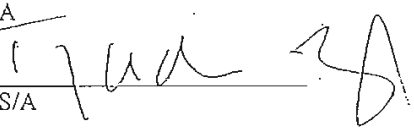
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 16 de 20

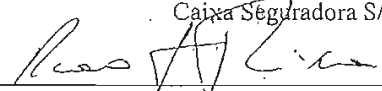

Bradesco Vida e Previdência S/A

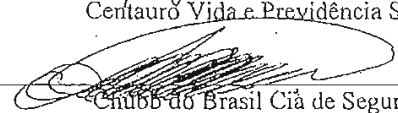

Brasilveículos Companhia de Seguros



BVA Seguros S/A

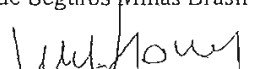
Thierry Claudon
Diretor-Presidente



Caixa Seguradora S/A


Centauró Vida e Previdência S/A

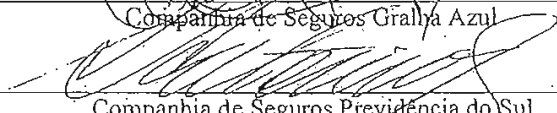

Chubb do Brasil Cia de Seguros

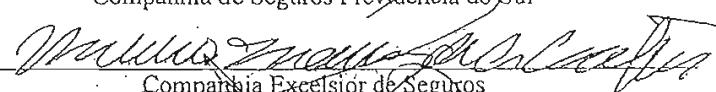

Cia de Seguros Minas Brasil

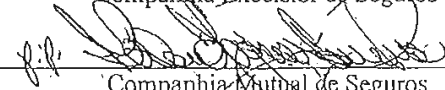

Companhia de Seguros Aliança da Bahia

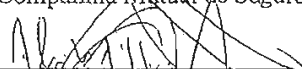

Companhia de Seguros Aliança do Brasil



Companhia de Seguros Gralha Azul


Companhia de Seguros Previdência do Sul


Companhia Excelsior de Seguros


Companhia Mutual de Seguros


CONAPP- Companhia Nacional de Seguros


Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 17 de 20

~~CDSP-SP Companhia de Seguros do Estado de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Finasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itaú Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A


J. Malucelli Seguradora S/A

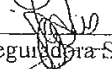
Java Nordeste Seguros S/A

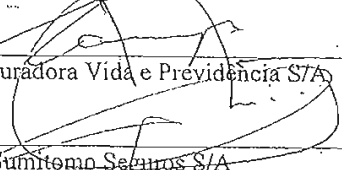
Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

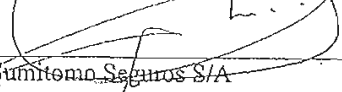
Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

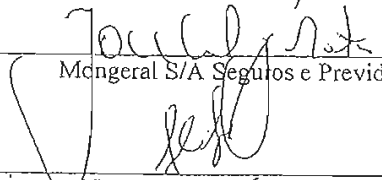
Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 18 de 20

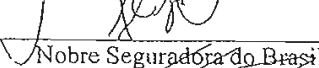

Marítima Seguros S/A

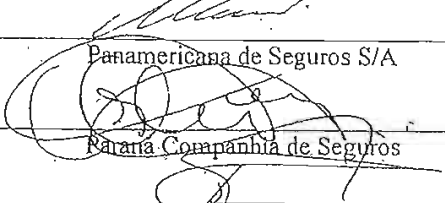

MBM Seguradora S/A



Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A



Mitsui Sumitomo Seguros S/A

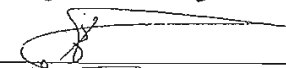

Mongeral S/A Seguros e Previdência

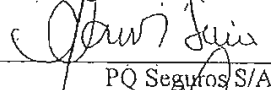

Nobre Seguradora do Brasil S/A

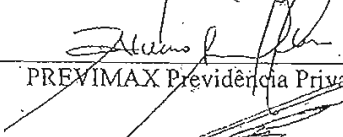

Panamericana de Seguros S/A

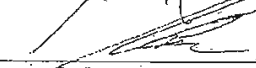

Paraná Companhia de Seguros

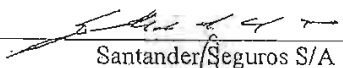

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

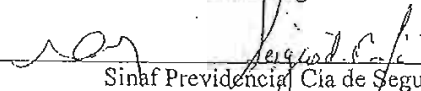

Porto Seguro Vida e Previdência S/A


PQ Seguros S/A


PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A


Safra Vida e Previdência S/A


Santander Seguros S/A


Sinaf Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 19 de 20

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: CONSORCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CONSORCIO DE SEGUROS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE-DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2,3 E 11

Protocolo: 00-2008/007838-8 17/01/2008

CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/01/2008 - E O REGISTRO SOB O N.º 14-1

33.5.0002214-1

DATA: 18/01/2008

Valéria L. S. S. Serra
SECRETARIA GERAL

~~Sul America Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tóquio Marine Brasil Seguradora S/A

Tóquio Marine Seguradora S/A

UBF Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG BRASIL CIA DE SEGURANCA

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização
Interveniente-Anuente

Testemunhas:

Qualificação Ricardo de Sá Azevedo Xavier
RG: 03.891.264-7 (Distrito 1557-RJ) CPF: 728.150.517-53

Qualificação Marcos Paulo L. L. L.
RG: 19442307-2 (SSP-SP)
CPF: 132870808-08

VISTO DE ADVOGADO
GUSTAVO FRANCO PACHECO
OAB/RJ 138.392
Gustavo Franco Pacheco
Advogado
OAB/RJ 138.392

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 20 de 20

ATAS, CERTIDÕES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firms

CITX PARTICIPAÇÕES S.A.
COMPANHIA ABERTA

CNPJ Nº 08.001.322/0001-00 • NIRE Nº 33.3.0022099-01

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM 15 DE OUTUBRO DE 2010

Abaixo, a Súmula da Assembleia Geral Extraordinária da CITX Participações S.A., realizada em 15 de outubro de 2010, em conformidade com o teor da Resolução do Conselho de Administração do acionário, conforme parágrafo 1º do Art. 11 do Estatuto Social da Companhia. 1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 15 de outubro de 2010, às 15:00h, à Praça da Botafogo nº 300, 11º andar, sala 1101 (antiga Botafogo), Cidade do Rio de Janeiro, RJ, endereço onde tem sede a Companhia. 2. ORDEM DO DIA: (a) propositura de uma alteração social, mediante capitalização da reserva, sem modificação do número de ações da Companhia, com a consequente adequação do caput do Artigo 31 do Estatuto Social; e (b) alteração do limite máximo da reserva estatutária disponível para investimentos, para investimentos, com a consequente alteração do Artigo 31 do Estatuto Social. 3. CONVOCAÇÃO: Edital publicado nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, nos artigos dos dias 29 e 30 de setembro e do dia 1º de outubro de 2010, em virtude dos seguintes: (i) Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte V, nº 20.927, de 29 de setembro de 2010; (ii) O Estado de São Paulo, Mercadorias, páginas 7, 3 e 6, respectivamente. 4. PRESENCAS: Presenças: acionistas da CITX PARTICIPAÇÕES S.A. representando 100% do capital com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro nº 1.000, de 15 de outubro de 2010, e o Diretor José Augusto Pereira de Almeida, S.E. MESA: Presidente: Sr. José Augusto de Gama Figueira e, Secretário, a Sr. Luciene Soares Araújo, S.E. DELIBERAÇÕES: Após discussão e votação, os acionistas presentes decidiram aprovar por unanimidade: (a) o aumento do capital social, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), em moeda e em títulos, em sessenta e três mil, seiscentos e vinte e sete reais e quatrocentos e noventa e três centavos da capitalização do saldo dos lucros realizados registrados à conta da reserva de lucros a realizar, sem modificação do número de ações da Companhia, tendo em vista que todos os Acionistas se manifestaram, sem quebra de quórum, em favor da proposta, e em favor do valor em dinheiro, passando, por consequência, o caput do Artigo 6º do Estatuto Social a vigor com a seguinte redação: "ARTIGO 6º O capital social da Companhia subscrito e devidamente integralizado, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), dividido em 2.000.000.000 (dois bilhões, novecentos e noventa e nove mil e oito) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal"; (b) a alteração do limite máximo da reserva estatutária da Companhia, para o valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), e a mesma não excederá o valor do capital social da Companhia; e, por consequência, o Artigo 31 do Estatuto Social a vigor com a seguinte redação: "ARTIGO 31 - Do lucro líquido do exercício, serão aplicados, (i) 65% (cinco por cento) na formação da reserva estatutária; (ii) 10% (dez por cento) na formação da reserva para distribuição de dividendos; e (iii) 25% (vinte e cinco por cento) na formação da reserva para distribuição de dividendos obrigatório a todos os acionistas; e, (iv) até 75% (setenta e cinco por cento), ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, na constituição da Reserva para investimentos, com a finalidade de assegurar a liquidez necessária para o pagamento dos compromissos da Companhia, tais como a execução do direito de preferência de subscrição de aumento de capital das subsidiárias da Companhia, a aquisição de ações ou aumento de participação em outras sociedades; e, a distribuição de dividendos aos acionistas e às reservas para investimentos, com a finalidade de assegurar a liquidez necessária para o pagamento dos compromissos da Companhia a Proposta da Diretoria. O ARQUITETO: Fica atribuída na forma do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, a elaboração do Edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária, para o dia 15 de outubro de 2010, e o registro sob o número 0002101015 do deliberação em 16/10/2010, Valério G. M. Sara - Secretário Geral.

ODEBRECHT

Odebrecht TransPort S.A.

NIRE 3330020263-2
JMF n° 11.547.787/0001-22

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - Dia, hora e local: Em 13 de setembro de 2010, às 19 horas, no salão da Companhia, localizada na Praia do Botafogo, nº 200, 6º andar, bairro Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22250-040. Presenças: Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. Convocação: Dispensada. Deliberações: A Assembleia deliberou, conforme disposto no artigo 124, § 5º, da Lei nº 6.404/76, Mesas: Deliberou-se sobre o seguinte:
1ª Mesa: Profiler Marinho, Secretário. Deliberações: (1) Autorizada a lavatura da presente ata na forma do sumário dos fatos ocorridos; conforme faceta do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; (2) Aprovado e reformulado o balanço consolidado da Companhia para o exercício de 2009 em 16 de agosto de 2010, às 18:00 horas da Companhia, realizada em integralmente autossuficiente e integralizada pela acionista Odebrecht S.A. ("ODEB"), mediante a conferência, em integralização de capital, de bens de propriedade de relevância acionista representados por: (i) ações ordinárias não preferenciais e cotizações e uma mil cento e treze ações ordinárias preferenciais com direito de voto emitidas por Treza dos Coqueiros S.A., sociedade por ação em Cabo da Roca, Portugal.

SUMARIO

Atas, Certidões e Demonstrações
Associações, Sociedades e Firmas.


Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e

Extravio de Documentos...
Leilões Extrajudiciais

Órgãos da Representação

[illegible][illegible]

 PROSPER S/A CORRETORA DE VALORES E CAMBIO
CNPJ nº 36.178.887/0001-50
NIRE nº 33300020192

[illegible]

SEGUROADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
CNPJ/MF: nº 09.248.608/0001-04

CNPJ/MF: nº 09.248.608/0001-04
NIRE nº 22.20028430-6

ASSEMBLEIA GERAL ORDIN

[illegible]

[illegible][illegible]

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO ANEXADOS AOS AUTOS.

PREENCHER COM LETRA DE FÔRMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE		
2ª Vara da Comarca de Apodi BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000 Processo: 0800584-65.2018.8.20.5112		DU DESTINATAIRE
Destinatário: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A Rua Senador Dantas, - de 58 ao fim - lado par, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205		UF PAÍS / PAYS
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR RENATO LIMA DE OLIVEIRA RG. 20.883.982-9	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION 24 AGO 2018	CARIMBO DE ENTREGA / MARQUE DE DESTINO / BOUTON DE DESTINATION 24 AGO 2018 RIO DE JANEIRO - RJ
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO		

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 188 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JT 57268443 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

2ª VARAÇÃO JUIZADO DE APODI
Foram Juizado, 1ª Rua, 1º andar, 5110
Rodovia BR-116, Km 11, Povoado da Chapada, Apodi/RN
CEP: 59.700-000 - Fone: (04) 3963-2045

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara da Comarca de Apodi
BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

Processo n° 0800584-65.2018.8.20.5112

CERTIDÃO

CERTIFICO, em razão do meu ofício, que a **contestação** acima foi apresentada **tempestivamente** pela
p a r t e r e q u e r i d a .

Outrossim, conforme despacho retro, **INTIMO** a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, manifestar-se acerca da contestação apresentada, requerendo o que entender de direito.

Apodi/RN, 10 de setembro de 2018.

MADSON VINICIUS FIGUEIREDO LOPES
Auxiliar de Secretaria

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Apodi/RN

Processo nº **0800584-65.2018.8.20.5112**

NINA ROSA CUNHA LIMA, já perfeitamente qualificado(a) nos autos em epígrafe, vem através de seus advogados, devidamente constituídos por força de instrumento de mandato previamente anexo, apresentar **IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO**, pelas razões a seguir:

a) Da suposta ausência de comprovação da existência de acidente

Importante salientar que no caso apresentado a autora juntou todos os documentos indispensáveis para a propositura da presente demanda, conforme pode ser verificado nos documentos anexos.

Destaca-se que no dia do acidente a requerente foi socorrida para o Hospital da cidade (Boletim de atendimento de urgência anexo), onde passou pelos primeiros procedimentos.

Salienta-se que até a presente data a autora apresenta sequelas permanentes decorrentes do referido acidente, necessitando fazer vários procedimentos, os quais possuem um custo elevado (receitas, atestados, anexos).

b) Do laudo médico

Salienta-se que devido ao acidente ocasionou danos irreparáveis na vida da requerente.

Pleiteando administrativamente a requerente recebeu um valor bem inferior ao dano sofrido, haja vista que sua debilidade é permanente, necessitando passar constantemente por procedimentos médicos, pois suas dores são tão fortes que não suporta.

Dessa forma, deverá a mesma receber a diferença de valores tendo em vista que a dano causado a parte requerente é definitivo, conforme toda documentação anexada.

Pelo exposto impugnam-se os fatos acima narrados, gerando a controvérsia processual, e requer:

- a) Que sejam acolhidos os pedidos formulados na Petição Inicial, com o respectivo pagamento do remanescente.
- b) Que seja o requerente submetido a uma perícia médica com o médico especialista (ortopedista).

Respeitosamente,

Pede deferimento.

Mossoró, terça-feira, 11 de setembro de 2018

**KALYL LAMARCK SILVÉRIO M^a ARIZETE S. FEITOZA MENEZES
P E R E I R A**

Advogado OAB/RN 12766

Advogada OAB/RN 2905



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª Vara da Comarca de Apodi
BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

Processo nº 0800584-65.2018.8.20.5112

ATO ORDINATÓRIO

INTIMO a(s) parte(s), por seu(s) Advogado(s), para comparecer(em) no Fórum local no dia **30/04/2019**, **às * h**, para a realização de **perícia técnica** designada no presente processo, no **MUTIRÃO DPVAT**, munida(s) de documentos pessoais e de outros documentos relacionados à presente ação, bem como para, querendo, indicar assistente técnico para acompanhar a referida perícia.

APODI/RN, 27 de fevereiro de 2019.

CIMENDES JOSE PINTO
Auxiliar Técnico



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

2ª Vara da Comarca de Apodi

BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

Processo nº 0800584-65.2018.8.20.5112

Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Requerente: NINA ROSA CUNHA LIMA

Requerido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE INTIMAÇÃO
MUTIRÃO DPVAT

DESTINATÁRIO: NINA ROSA CUNHA LIMA
RUA UMBU, 56, COOHAB, APODI - RN - CEP: 59700-000

De ordem do(a) Dr(a). **DANIEL AUGUSTO FREIRE DE LUCENA E COUTO MAURICIO**, Juiz(a) de Direito da 2ª Vara desta Comarca de Apodi/RN, tem a presente a(s) seguinte(s) finalidade(s):

FINALIDADE: INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria para comparecer no Fórum da Comarca de Apodi/RN (endereço acima) no dia **30/04/2019, às 11:00 h**, para realização de **perícia técnica** designada no presente processo, no **MUTIRÃO DPVAT**.

Eu, CIMENTES JOSE PINTO, Servidor(a) desta Vara, o digitei.

Apodi/RN, aos 27 de fevereiro de 2019.

Assinado digitalmente - Lei nº 11.419/2006

CIMENTES JOSE PINTO

Auxiliar Técnico

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE	
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE	
DESTINATÁRIO: NINA ROSA CUNHA LIMA	
RUA UMBU, 56, COOHAB, APODI - RN - CEP: 59700-000	
PAÍS / PAYS	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION	NATUREZA DO ENVOI / NATURE DE L'ENVOI
Processo nº 0800584-65.2018.8.20.5112	<input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
	<input type="checkbox"/> EMS
	<input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR	DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION
<i>Nina Rosa Cunha Lima</i>	01/03/19
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR	CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
A MESMA	APODI-RN 01 MAR 2019
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREENHADOR / SIGNATURE DE L'EMPLOYEUR
003162.045	Carimbo Mat. 8.828.294-8
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS	

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 166 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JT 84979246 5 BR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO)

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

~~01/03/19~~

~~15:33~~ h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

PODER JUDICIÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
2ª VARA DA COMARCA DE APODI

Fórum Municipal Des. Newton Pinto

CIDADE / LOCALIDADE

Rodovia BR 405, Km 76, Portal da Chapada, Apodi/RN
CEP: 59.700-000 - Fone: (84) 3333-2045

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR